



BARBACENA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA - e-DOB



BARBACENA, SEGUNDA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 2013

PODER EXECUTIVO

Prefeito: Antônio Carlos de Andrada

ERRATAS

Na Portaria nº 15.851, de 04 de novembro de 2013, publicado no e-DOB – Diário Oficial do Município no dia 21.11.2013, no nº 2 letra a) Representantes da Secretaria Municipal de Coordenação de Programas Sociais – SECOPS, onde se lê “Suplente Cayrton Dutra Costa Vieira”; leia-se “Suplente: Clayrton Dutra Costa Vieira”.

Na Portaria nº 15.852, de 04 de novembro de 2013, publicado no e-DOB – Diário Oficial do Município no dia 21.11.2013, no nº 2, representantes da Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SEDUC, onde se lê “SUPLENTE: Cláudia de Carvalho Matheus Vargas”; leia-se “SUPLENTE: Cláudia de Carvalho Matheus Vasques”.

*Publique-se na forma da lei
José Augusto de Oliveira Penna Neves
Secretário Municipal de Governo*

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAN

Secretário: Samir Carvalho Moysés

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE BARBACENA – PP 042/2013 – PRC 076/2013 – OBJETO: Locação de caminhão p/ atendimento à Sec. de Desenvolvimento Rural. RECEBIMENTO E ABERTURA PROPOSTA: 11/12/2013, 14:00 hs. Informações (0xx32) 3339-2026 ou licitacao@barbacena.mg.gov.br Pablo Herthel Candian. Coordenador de Aquisições e Contratos.

SESA/P/DEMASP - PRC 070/2012 - PP 035/2012. OBJETO: locação de veículo para o CAPS. ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 20/11/2013 às 13:00 hs. Informações tel 0xx32 3339-2026. Simone Rodrigues da Costa - Gerente de Licitação - Pablo Herthel Candian - Coordenador de Aquisições e Contratos.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE BARBACENA – PP 037/2013 – PRC 067/2013. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de pneus novos, câmaras de ar, bicos e válvulas para atender à frota de veículos leves e pesados da Prefeitura do Município de Barbacena. Empresas vencedoras: - PNEUSCAR RECAUCHUTAGEM LTDA, CNPJ nº 28.195.956/0001-05, item 08 valor R\$ 320,00, item 11 valor R\$ 93,00 e item 13 valor de R\$ 7,20. - RJ COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE LUBRIFICANTES EIRELI – ME, CNPJ nº 17.169.134/0001-33, item 01 valor R\$ 158,90, item 02 valor R\$ 229,00, item 03 valor R\$ 403,90, item 04 valor R\$ 647,00, item 05 valor R\$ 480,00, item 06 valor R\$ 270,00, item 07 valor R\$ 860,00, item 09 valor R\$ 947,00, item 10 valor R\$ 2.140,00 e item 12 valor 150,00, perfazendo o valor total da licitação em R\$ 157.027,80 (cento e cinquenta e sete mil, vinte e sete reais e oitenta centavos). Barbacena, 29/nov/2013. Antonio Carlos Andrada – Prefeito Municipal.

*Publique-se na forma da lei
José Augusto de Oliveira Penna Neves
Secretário Municipal de Governo*

SERVIÇO DE ÁGUA E SANEAMENTO

Diretor-Geral: Luis Álvaro Abrantes Campos

EXTRATO DE PORTARIA

O Diretor-Geral do Serviço de Água e Saneamento (SAS), no uso das atribuições de seu cargo, nos

termos do art. 17, III, da Lei Municipal nº 2.828, de 22.12.1992, RESOLVE:

PORTARIA Nº 415/2013 - Art. 1º. Retificar a Portaria nº 398/2013, publicada aos 04 de novembro de 2013 no Diário Oficial Eletrônico do Município de Barbacena para fazer constar o nome de ADÃO RODRIGUES COSTA. Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos à data de entrada em vigor da Portaria nº 398/2013. Barbacena, 28 de novembro de 2013. Luís Álvaro Abrantes Campos - Diretor-Geral do SAS.

*Publique-se na forma da lei
José Augusto de Oliveira Penna Neves
Secretário Municipal de Governo*

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBACENA

Presidente: Amarílio Augusto de Andrade

RESUMO DE ATA

RESUMO DA ATA 065/2013 - 051ª Sessão Ordinária – 17.09.13 – 2º Período – 1º Ano da Legislatura. Presidente: Vereador Amarílio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes. Vereadores Presentes: Conforme registro em livro próprio. PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE – HORÁRIO: 19h21 “Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente descansará.” (Salmo 91:1). I - Leitura e Discussão da Atas 056 e 057/2013 – Aprovadas por unanimidade. II – Leitura da Correspondência e Comunicações: - Edital de convocação 003/2013 dos vereadores para realização de reuniões extraordinárias nos dias 20, 23, 25, 27 de setembro, para a votação dos projetos de lei nºs. 106, 155, 156, 161, 181, 185, e 186/2013, projetos de Decreto Legislativo nº 018/2013 e proposições em bloco dos dias 27/08/2013, 03/09/2013 e 17/09/2013. - Correspondência do Ministério da Saúde nº. de ref.: 001900/MS/SE/FNS; 005715/MS/SE/FNS; 011447/MS/SE/FNS; 011446/MS/SE/FNS. - O Município convida para a entrega do Prêmio Amigo do Patrimônio Cultural dia 25/09/2013 às 17h30 na Fundação Municipal de Cultura. - Ofício 105/2013 – Paróquia de Santo Antônio convidando para participar do 3º Festival de Inverno Cultural entre os dias 19 e 22 de setembro de 2013. - Requerimento de todos os vereadores para formação de Comissão para analisar o problema da Fábrica Ferreira Guimarães. O Sr. Presidente submeteu o requerimento acima à discussão e votação dos vereadores e o mesmo foi APROVADO POR UNANIMIDADE. E pediu que os líderes da maioria e da minoria indicassem os nomes para a formação da referida Comissão. Tendo sido indicado pela minoria o vereador Carlos Roberto Batista, que também será o Presidente da Comissão, e a maioria indicou os vereadores José Jorge, que será o Relator, e Marilene Franco, que será a Secretária. PROJETOS PROTOCOLADOS NA CASA: - Proj. Lei nº. 189/13 – Institui o programa de alimentação diferenciada para crianças portadoras de diabetes nas escolas da rede municipal de ensino e dá outras providências. – Aut. Ver. Johnson Oliveira Marçal. - Proj. Lei nº. 190/13 – Dispõe sobre a emissão e o controle do receituário e de atividades médicas específicas, bem como sobre a emissão de atestados médicos e dá outras providências. – Aut. Ver. Johnson Oliveira Marçal. - Proj. Lei nº. 191/13 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da prévia identificação dos hóspedes em motéis, hotéis e similares, a fim de coibir a exploração sexual de menores no âmbito do Município e dá outras providências. – Aut. Ver. Márcio Zeferino. - Proj. Lei nº. 192/13 – Institui o uso de crachá pelos servidores da Prefeitura Municipal de Barbacena com o número de telefone da ouvidoria geral do Município e dá outras providências. – Aut. Ver. Márcio Zeferino. - Proj. Lei nº. 193/13 – Autoriza a criação e implantação da horta municipal educativa e dá outras providências. – Aut. Ver. Márcio Zeferino. -

Proj. Lei nº. 194/13 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de papel reciclado, em órgãos e entidades públicas no âmbito do Município de Barbacena e dá outras providências. – Aut. Vereadora Gracia Maria Araújo Gomes. - Proj. Resolução nº. 010/13 – Dispõe sobre a criação da comissão permanente de Legislação Participativa no âmbito da Câmara Municipal de Barbacena. – Aut. Ver. Márcio Zeferino. SEGUNDA PARTE – ORDEM DO DIA – HORÁRIO: 19h44. Discussão e Votação de Projetos. SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO – REGIME URGÊNCIA. Proj. Lei nº. 161/13 – Dispõe sobre a instalação e o funcionamento das feiras comerciais itinerantes no âmbito do Município e dá outras providências. – Aut. Executivo – PRAZO VENCIDO EM 05.09.13. Com a palavra pela ordem o vereador José Jorge disse que gostaria de informar aos demais vereadores que o ex-vereador Odair Ferreira lhe deu a notícia de que o SAS e a Prefeitura requereram ao Judiciário um Mandado de Segurança contra a Transpetro e a Petrobrás para que permanecessem com os equipamentos no local do acidente com o caminhão, sob pena de multa. *Votar emenda de fls. 19 de autoria do Vereador Ronaldo Braga e Vereadora Ângela Kilson. Com a palavra para discutir a emenda o vereador Ronaldo Braga afirmou que após reunião chegou-se à conclusão das alterações necessárias ao presente projeto. Ressaltou que num primeiro momento o projeto deixava algumas brechas para a vinda das feiras para a cidade, mas após discussão com alguns comerciantes da cidade entenderam por bem fazerem as seguintes emendas. Explicou que a emenda do Carnaval, conforme pedido dos comerciantes, foi preciso retirar para evitar possíveis mandados de segurança e que o projeto delegava inúmeras funções para apenas uma pessoa e que isso seria um erro. Ressaltou, porém, que pode ser que a lei seja muito boa, mas será necessário o cumprimento por parte dos órgãos públicos responsáveis e que estão devidamente elencados no projeto e nas emendas. E por tudo isso ele retirou a emenda do artigo 12. Ficando o Prefeito compromissado a enviar outro projeto para que fique determinada de quem será a responsabilidade pela comprovação dos documentos solicitados pela prefeitura para a realização das feiras, bem como a comprovação do recolhimento dos tributos devidos. Nesse momento concedeu um aparte à vereadora Angel Kilson que disse ter havido uma reunião na manhã de hoje quando o Felipe falou do seu compromisso e que os comerciantes presentes na reunião tomaram conhecimento dessa retirada e das demais emendas que foram mantidas. Prosseguindo o vereador Ronaldo disse esperar que os companheiros entendam que as emendas são, em sua maioria, corretivas e possam dar seu voto de confiança nas emendas, no sentido de aprová-las. E solicitou a retirada da emenda de fls. 19 da discussão e votação. Solicitação do vereador Ronaldo deferida pela Sr. Presidente. EMENDA RETIRADA DA PAUTA A PEDIDO DO AUTOR. *Votar emenda de fls. 22 de autoria do Vereador Ronaldo Braga e Vereadora Ângela Kilson. APROVADA POR UNANIMIDADE. *Votar emenda de fls. 25 de autoria do Vereador Ronaldo Braga e Vereadora Ângela Kilson. APROVADA POR UNANIMIDADE. *Votar emenda de fls. 28 de autoria do Vereador Ronaldo Braga e Vereadora Ângela Kilson. APROVADA POR UNANIMIDADE. *Votar emenda de fls. 31 de autoria do Vereador Ronaldo Braga e Vereadora Ângela Kilson. APROVADA POR UNANIMIDADE. *Votar emenda de fls. 34 de autoria do Vereador Ronaldo Braga e Vereadora Ângela Kilson. APROVADA POR UNANIMIDADE. *Votar emenda de fls. 37 de autoria do Vereador Ronaldo Braga e Vereadora Ângela Kilson. APROVADA POR UNANIMIDADE. *Votar emenda de fls. 40 de autoria do Vereador Ronaldo Braga e Vereadora Ângela Kilson. APROVADA POR UNANIMIDADE. *Votar emenda de fls. 43 de autoria do Vereador Ronaldo Braga e Vereadora Ângela Kilson. RETIRADA DE PAUTA A PEDIDO DO AUTOR. *Votar emenda de fls. 46 de autoria do Vereador Ronaldo Braga e Vereadora Ângela Kilson. RETIRADA DE PAUTA A PEDIDO DO AUTOR. *Votar emenda de fls. 49 de autoria do Vereador Ronaldo Braga e Vereadora Ângela Kilson. RETIRADA DE PAUTA A PEDIDO DO AUTOR.



BARBACENA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA - e-DOB



BARBACENA, SEGUNDA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 2013

*Votar emenda de fls. 53 de autoria do Vereador Ronaldo Braga e Vereadora Ângela Kilson. APROVADA POR UNANIMIDADE. Encerrada a discussão do projeto com as referidas emendas o mesmo foi APROVADO POR UNANIMIDADE. PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO – REGIME URGÊNCIA. Proj. Lei nº. 155/13 – Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Garantidor da Parceria Público-Privada - PPP e dá outras providências. – Aut. Executivo – PRAZO VENCE EM 22.09.13. Com a palavra para discutir o projeto o vereador Carlos Roberto disse que a base do governo apresentará uma emenda ao projeto vedando a questão da água e que não sabe dizer se a questão do saneamento estará incluída nessa emenda. Explicou que não queria levar a discussão para as questões muito técnicas porque lhe exigiram muita pesquisa e informação. Fez novamente a leitura do projeto que cria o Fundo Garantidor e explicou que ele nada mais é do que a garantia que o Poder Público dará para que a empresa privada possa realizar os serviços e não fique com prejuízos. E caso existam prejuízos estes serão assumidos pelo ente público, mas o projeto não discrimina quais serão tais riscos. Citou a lei 11.079/04 e que trata das PPP's, explicando cada situação que se encaixava ou não ao presente projeto. E, caso se firme a PPP para qualquer dos serviços mencionados no projeto, e os lucros para o ente privado não se verificarem, a responsabilidade será do município. Questionou ainda qual seria a necessidade de se criar essa PPP, em Barbacena, cidade de médio porte, com a possibilidade dela realizar os serviços ora mencionados. Dando seguimento com a palavra como líder o vereador Carlos Roberto destacou que as PPP's garantem as políticas focais e não as políticas universais. Lembrou que os municípios, que tiverem política pública de tratamento dos resíduos sólidos, receberão mais recursos, sendo o prazo até o ano de 2014 e espera que o prazo não seja prorrogado. E, em sua opinião, o que vai acontecer é o Poder Público continuar colocando dinheiro no serviço, e se esse for o caso entende que não haveria necessidade de realização de PPP's. E enumerou alguns outros serviços que poderiam ser alvo de PPP's no futuro. Com a palavra para discutir o vereador Luiz Gonzaga explicou que hoje existem duas empresas na cidade cuidando da água e do esgoto, o DEMAÉ e a COPASA. Agora o Prefeito mandou para a Câmara dois projetos para que seja viabilizada a realização dos mesmos serviços que estas empresas já realizam. E que o fundo que será criado é para garantir que o serviço a ser terceirizado não dê prejuízo para a empresa que receber o serviço. Disse que quando o governo privatiza estradas não precisa garantir o serviço porque já entrega as rodovias devidamente arrumadas, a empresa que receber a concessão passa apenas a zelar pela conservação. E afirmou que o que está sendo discutido hoje é isso. Mas é preciso garantir que o DEMAÉ seja capaz de realizar esses serviços, fazendo com que ele seja eficaz tanto qualquer outra empresa que possa vir para Barbacena. E pediu que os vereadores façam essa reflexão e não entreguem o DEMAÉ para uma empresa privada. TERCEIRA PARTE – ENCERRAMENTO – ORADORES INSCRITOS – HORÁRIO: 20H44. Nesse momento foi realizada a chamada e estavam presentes os vereadores Ângela Kilson, Amarílio Andrade, Carlos Roberto, Gracia Araújo, Ilson Guilherme, Johnson Marçal, José Jorge, Luiz Gonzaga, Márcio Zeferino, Marilene Franco, Ronaldo Braga, Tadeu José, Sebastião Alvim e Vânia de Castro. Não havendo mais oradores inscritos o Sr. Presidente agradeceu a presença dos empresários e comerciantes da cidade e encerrou a presente sessão às 20h50 e eu, Danielle de Paula Almeida Duarte, Redatora de Atas, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário. Presidente: Vereador Amarílio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes.

RESUMO DA ATA 066/2013 - 011ª Sessão Extraordinária – 20.09.13 – 2º Período – 1º Ano da Legislatura. Presidente: Vereador Amarílio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes. Vereadores Presentes: Conforme registro em livro próprio. PRI-

MEIRA PARTE – EXPEDIENTE – HORÁRIO: 19H19 "O SENHOR reina; está vestido de majestade. O SENHOR se revestiu e cingiu de poder; o mundo também está firmado, e não poderá vacilar. O teu trono está firme desde então; tu és desde a eternidade. Os rios levantam, ó SENHOR, os rios levantam o seu ruído, os rios levantam as suas ondas. Mas o SENHOR nas alturas é mais poderoso do que o ruído das grandes águas e do que as grandes ondas do mar. Mui fiéis são os teus testemunhos; a santidade convém à tua casa, SENHOR, para sempre" (Salmos 93:1-5). I - Leitura e Discussão da Atas: - Não Houve. II – Leitura da Correspondência e Comunicações: - Termo aditivo ao edital de convocação 03/2013 – Convocando os vereadores para reuniões extraordinárias, incluindo os projetos de lei nº 169/2013 e de Decreto Legislativo nº 019/2013. SEGUNDA PARTE – ORDEM DO DIA – HORÁRIO: 19H22. Discussão e Votação de Projetos. REDAÇÃO FINAL – REGIME URGÊNCIA. Proj. Lei nº. 161/13 – Dispõe sobre a instalação e o funcionamento das feiras comerciais itinerantes no âmbito do Município e dá outras providências – Aut. Executivo – PRAZO VENCIDO EM 05.09.13. APROVADO POR UNANIMIDADE. PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO – REGIME URGÊNCIA. Proj. Lei nº. 155/13 – Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Garantidor da Parceria Público-Privada - PPP e dá outras providências – Aut. Executivo – PRAZO VENCE EM 22.09.13. Com a palavra para discutir o projeto o vereador Carlos Roberto explicou que estão votando um fundo garantidor para as parcerias público-privadas e também explicou o que seria isso. Ou seja, o município criando um mecanismo legal, mas que possui dois aspectos graves, como a área da água, esgoto e tratamento de resíduos. Significaria que o município estaria entregando o serviço, por meio de parceria, sem deixar de colocar recursos públicos, sendo que o parceiro privado visaria apenas o lucro. E no caso da matéria tratada no presente projeto o assunto é muito sério, já que a lei diz que as PPP's não seriam possíveis em contratos abaixo de vinte milhões de reais. Sendo que no caso de Barbacena a coleta de lixo gerou um contrato atual de três milhões pelo período de seis meses. E que a cidade seria plenamente capaz de realizar sozinha os serviços para os quais pretende criar parcerias. Chamou a atenção dos vereadores para o que estariam votando e leu o projeto no trecho que autorizava o Executivo a criar o Fundo Garantidor das Parcerias sem explicar quem irá gerir o fundo, quais seriam suas garantias e os riscos para o ente privado, dando plenos poderes para o Executivo fazer isso quando da regulamentação da presente lei. E afirmou que nem mesmo o Governo Federal fez esse tipo de estatuto, ele mandou para a aprovação da Câmara dos Deputados. E se aprovarem do jeito que está o município poderá a vir entrar com os recursos e o parceiro entrará apenas com a aferição dos lucros. Lembrou que existe uma emenda da vereadora Vânia a respeito da água, o que é importante, mas não o suficiente. E finalizou dizendo que estão transformando o ente público em um avalista que garantirá a falta de lucro do parceiro privado, dada a amplitude do presente projeto. Com a palavra para discutir a vereadora Vânia de Castro fez pronunciamento que segue na íntegra da ata original. Com a palavra para discutir o projeto o vereador Luiz Gonzaga fez dois pedidos e dirigindo-se à vereadora Vânia, que disse que chegariam verbas para o DEMAÉ, que então fiscalizasse, pois nada do que os vereadores solicitaram ao Executivo até agora veio para eles, só se o pedido for feito pelo Presidente da Casa. Ressaltou que muitos foram os pedidos sem respostas, fato esse que indica que a fiscalização ficará a cargo dos vereadores da base já que a oposição não tem obtido respostas. E apelou aos vereadores dizendo que vota na emenda, mas que no projeto como está ele não vota. Vota apenas a favor da emenda que foi feita para a proteção do DEMAÉ. E pediu novamente que o líder de governo faça essa intervenção. E se for para votar que envie a lei completa e isso é o mínimo que podemos pedir. Com a palavra para discutir o projeto o vereador Ronaldo Braga disse que votará a emenda da vereadora Vânia, mas não votará no projeto. É responsabilidade do Poder Legislativo saber o que realmente aconte-

cerá, para só então depois votar. E ressaltou que preocupação da vereadora Vânia com o DEMAÉ é muito bem vinda e isso dá uma certa tranquilidade, mas em sua opinião o Prefeito fará uma concessão em relação ao DEMAÉ. E que o Prefeito poderá aprovar, dada a lei delegada. Falou que PPP em cidades pequenas é uma coisa complicada e, em sua opinião, em determinadas áreas não cabem essas PPP's. Lembrou que o melhor é sempre o processo licitatório, onde é possível pormenorizar a matéria com as minúcias necessárias, inclusive analisar os melhores preços e serviços que beneficiariam a cidade e a população. Votará a emenda da vereadora Vânia e a parabenizou por ter conseguido convencer o Prefeito, pois isso demonstra que ele não está muito certo daquilo que quer realmente fazer com relação ao DEMAÉ. Com a palavra pela ordem o vereador Ilson Guilherme disse que também luta pelo DEMAÉ e que a emenda da vereadora Vânia é muito importante. Ressaltou, porém, que o Prefeito acaba encontrando outros caminhos, como dito pelo vereador Ronaldo Braga, já que ele poderá usar o caminho das concessões para permitir que seja feita a terceirização do serviço. Afirmou que falou com o Prefeito que essa questão do DEMAÉ é complexo e o recurso da água deve ser preservado haja vista que muitos países são interessados em nossos recursos naturais. E finalizou dizendo que a água é um recurso muito importante e devem preservar, caso contrário o mesmo acontecerá com a água, a exploração será feita por aqueles que vêm de fora. E ressaltou que a lei precisa, de fato, está bem explicada, para que possam saber exatamente o que estão votando sem causar prejuízo para o município. E pediu que os vereadores se inteirem do assunto e não seja ludibriados, honrando os votos que receberam. Com a palavra como líder o vereador Carlos Roberto afirmou que em momento algum colocou inverdades nessa Tribuna e mostrou a lei 11.079/04 que determina a que se presta o Fundo Garantidor. E novamente destacou que o projeto como está é impossível de ser votado. E questionou onde estaria claro no projeto quem seria o responsável pela administração do fundo, qual a qualidade dos ativos que farão parte do fundo. E onde está no projeto a questão da sustentabilidade do fundo garantidor e o equilíbrio entre os entes, entre outros temas. E ressaltou que a única coisa que ele quer são as garantias, em especial de que os vereadores não serão responsabilizados por erros que não são deles. E apesar de toda a experiência do Prefeito ele entende que seria muito tempo para uma parceria público-privada. E não se arriscaria para trinta e cinco anos em relação a ninguém. E reafirmou que é preciso ter as garantias, mesmo que os vereadores estejam comprometidos em votar o projeto já que futuramente poderão ser responsabilizados por coisas que não foram devidamente esclarecidas. Nesse momento o Sr. Presidente interrompeu o pronunciamento do vereador Carlos Roberto para informar à Casa que o prazo de votação e discussão de projetos estaria encerrado. TERCEIRA PARTE – ENCERRAMENTO – ORADORES INSCRITOS – HORÁRIO: 20H22. Dando seguimento a sua fala o vereador Carlos Roberto finalizou dizendo que assume o compromisso de que não mais falará sobre o assunto nas próximas sessões, porque entende que já disse tudo a respeito da matéria. E certamente no fim de semana poderão pensar um pouco mais sobre o projeto e a matéria que ele envolve. E que eles se resguardem a respeito do tema para não serem responsabilizados no futuro por uma regulamentação que eles não sabem como será feita. Nesse momento foi realizada a chamada e estavam presentes os vereadores Ângela Kilson, Amarílio Andrade, Carlos Roberto, Gracia Araújo, Ilson Guilherme, José Jorge, Luiz Gonzaga, Márcio Zeferino, Marilene Franco, Ronaldo Braga, Tadeu José, Sebastião Alvim e Vânia de Castro. Não havendo mais oradores inscritos o Sr. Presidente agradeceu a presença dos empresários e comerciantes da cidade e encerrou a presente sessão às 20h27 e eu, Danielle de Paula Almeida Duarte, Redatora de Atas, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário. Presidente: Vereador Amarílio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes.



BARBACENA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA - e-DOB



BARBACENA, SEGUNDA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 2013

RESUMO DA ATA 067/2013 - 012ª Sessão Extraordinária - 23.09.13 - 2º Período - 1º Ano da Legislatura. Presidente: Vereador Amarílio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes. Vereadores Presentes: Conforme registro em livro próprio. PRIMEIRA PARTE - EXPEDIENTE - HORÁRIO: 19H20. "Ó Senhor Deus, a quem a vingança pertence, ó Deus, a quem a vingança pertence, mostra-te resplandecente. Exalta-te, tu, que és juiz da terra; dá a paga aos soberbos." (Salmos 94:1-2). I - Leitura e Discussão da Atas: - Não Houve. II - Leitura da Correspondência e Comunicações: - Não Houve. SEGUNDA PARTE - ORDEM DO DIA - HORÁRIO: 19H22. Discussão e Votação de Projetos. PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO - REGIME URGÊNCIA. Proj. Lei nº. 155/13 - Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Garantidor da Parceria Público-Privada - PPP e dá outras providências - Aut. Executivo - PRAZO VENCIDO EM 22.09.13. Com a palavra para discutir o projeto o vereador Ronaldo Braga pediu que os vereadores refletissem sobre os acontecimentos, pois do jeito que o governo está desmoralizando esta Casa não vale à pena se debruçar sobre nada e nem discutir nada. E falou que estudou o assunto PPP para discutir, mas nada mais importa. Apresentou a autorização do fundo garantidor do projeto ora discutido. No entanto, o Sr. Prefeito não esperou que o projeto fosse discutido ou votado para fazer a convocação de propostas das PPP's, desrespeitando a tramitação da Casa. E lamentou a situação, porque torce para que sejam estabelecidos limites para essas situações. Afinal, estar do lado é respeitar os trâmites da Casa e as leis que regem a relação entre Executivo e Legislativo. Nesse momento concedeu um aparte ao vereador Carlos Roberto que se disse também surpreso com a abertura do edital para a realização da PPP, posto que esta somente pode ser realizada após a criação do fundo garantidor. Mas a Casa ainda não o aprovou. O vereador Ronaldo Braga concedeu ainda um aparte ao vereador Ielson Guilherme que disse que o Regimento protege os vereadores, mas do jeito que as coisas estão sendo feitas estão desrespeitando os vereadores e perguntou aos demais companheiros como ficaria a situação deles diante da sociedade que amanhã estará comentando a atuação do Executivo frente ao Legislativo. Prosseguindo o vereador Ronaldo Braga disse que é lamentável que um poder interfira no outro e que isso é ruim para a democracia e para a sociedade. E a sua preocupação se estende para a concessão do DEMA, que amanhã ou depois pode ser feita da mesma forma. Nesse momento o Sr. Presidente informou que esteve na Secretaria de Saúde e o Secretário avisou que não haverá como repassar verbas aos hospitais para pagamentos de exames e procedimentos se esses recursos não forem aprovados pela Casa. E por isso estava comunicando para que os vereadores decidam a respeito. Com a palavra para discutir o projeto o vereador Sebastião Alvim disse concordar que a publicação do referido edital foi de fato precipitada, e que até o Sr. Prefeito concorda com isso e não a aprovou. E solicitou que houvesse uma conversa entre os pares da Casa e por esta razão, e por acreditar que a votação já tivesse sido encerrada na sexta-feira é que o edital foi lançado no dia de hoje. No entanto, ele pediu que os acordos firmados na semana passada sejam cumpridos, já que ele dispõe de um prazo curto, posto que em 31 de outubro a situação fiscal do município fica complicada, em razão dos projetos que virão para a Câmara. E pediu desculpas aos vereadores, em nome do Prefeito, e solicitou que fosse mantido o acordo da semana passada e viabilize a realização dos projetos da prefeitura. E que o Prefeito não quis desrespeitar a Câmara, pois conhece o andamento. E ressaltou que a pauta precisa andar para dar condições de realização dos projetos na cidade. Com a palavra para discutir o projeto o vereador Carlos Roberto disse ser lamentável que diante de assunto tão importante exista tão pouca mobilização da sociedade a respeito do tema, independente de ser favorável ou contrária. E se disse preocupado com a imagem da Casa, afinal estão discutindo um projeto sem o devido embasamento, pois não foram enviados para a Casa os pormenores do projeto e os demais vereadores aprovarão este apenas autorizando

a criação do fundo garantidor. Esclareceu que o voto contrário que dará ao projeto não é apenas por ele estar incompleto, mas também por não concordar de forma nenhuma com a terceirização do serviço público. E que a terceirização do lixo e limpeza urbana, por meio dessa parceria público-privada, será feita pelo período de trinta e cinco anos. E registrou sua indignação sobre o assunto, ainda que o estudo tenha sido bem feito, demonstrando os aspectos relevantes da terceirização do serviço. Encerrada a discussão foram solicitadas vistas pelo vereador Ronaldo Braga. VISTAS CONCEDIDAS AO VEREADOR RONALDO BRAGA. Estando o projeto com prazo vencido, ante o pedido de vista e cumprindo o que determina o Regimento Interno, o Senhor Presidente solicitou que fosse feita a chamada dos vereadores, estando presentes os vereadores: Amarílio Andrade, Carlos Alberto Sá Grise, Carlos Roberto, Gracia Araújo, Ielson Guilherme, José Jorge, Márcio Zeferino, Marilene Franco, Ronaldo Braga, Sebastião Alvim, Tadeu José, Vânia de Castro. Após declarou o encerramento da presente sessão às 19h40. Eu, Danielle de Paula Almeida Duarte, Redatora de Atas, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário. Presidente: Vereador Amarílio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes.

RESUMO DA ATA 073/2013 - 054ª Sessão Ordinária - 01.10.13 - 2º Período - 1º Ano da Legislatura. Presidente: Vereador Amarílio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes. Vereadores Presentes: Conforme registro em livro próprio. PRIMEIRA PARTE - EXPEDIENTE - HORÁRIO: 19h25 "Ele me invocará dizendo: Tu és meu pai, meu Deus, e a rocha da minha salvação." (Salmo 89:26). I - Leitura e Discussão da Atas: Atas 062 e 069/2013 - Aprovadas por unanimidade. II - Leitura da Correspondência e Comunicações: - Ofício 050/2013 - Vereador Johnson Marçal - Justificativa de ausência à sessão legislativa do dia 20/09/2013 - Em razão de cirurgia dentária. - Termo de Cooperação Mútua 003/2013 - Câmara Municipal e Prefeitura Municipal. - Abaixo Assinado da Pastoral da Criança da Paróquia de São Sebastião e outras - Solicitação de Médico Pediatra para o posto de saúde do bairro Funcionários. O Sr. Presidente informou que no dia de hoje foi realizada uma reunião com o Prefeito Municipal e na oportunidade foi firmado um termo de cooperação mútua em que a Prefeitura cederá a área de 1.114 m², conforme croqui anexo, na rua Baronesa Maria Rosa, e a Câmara devolverá para o município o terreno do bairro Diniz II. III - Apresentação de Proposições: - Do vereador Luiz Gonzaga: - Indicação nº 563/2013 - Solicita a instalação de um redutor de velocidade na altura do nº 12, na Rua Monsenhor José Augusto, São José; - Indicação nº 564/2013 - Solicita a reconstrução da calçada da Rua Tiradentes, em frente ao estabelecimento comercial Mundo das Utilidades; - Indicação nº 565/2013 - Solicita operação tapa-buracos em uma das principais vias de acesso à cidade, Rua Cruz das Almas, na altura do nº 1616, bairro Caiçaras; - Indicação nº 566/2013 - Solicita operação tapa-buracos e reconstrução da calçada na rua Martinho Campos, bairro São José; - Indicação nº 567/2013 - Solicita operação tapa-buracos em toda extensão da Rua Nelson Mendes, bairro Santo Antônio. - Da vereadora Marilene Franco: - Requerimento nº 104/2013 - Requer um voto de congratulações para o Parque Alvim Gonçalves Valério, pároco da Igreja de São Sebastião em Correia de Almeida, pela comemoração do jubileu de prata e relevantes serviços prestados à comunidade; - Indicação nº 560/2013 - Solicita manutenção da Rua Heitor Pereira, no bairro Nove de Março; - Indicação nº 561/2013 - Solicita manutenção da Rua Luiz Garcia de Moraes no bairro Nove de Março; - Indicação nº 562/2013 - Solicita o concerto da guarita de um ponto de ônibus na Praça Geraldinho Coelho em Pinheiro Grosso. - Do vereador Carlos Alberto Sá Grise: - Indicação nº 553/2013 - Solicita pavimentação das ruas Tony Marcos Andrade, Maria Aparecida Resende e Ubirajara Furtado de Jesus, todas localizadas no bairro Nova Suíça; - Indicação nº 554/2013 - Solicita pavimentação da rua Quinquim Costa, no bairro Jardim das Al-

rosas; - Indicação nº 555/2013 - Solicita providências quanto à perfuração de um poço artesiano na comunidade do Ponto Chic. Com a palavra pela ordem a vereadora Vânia de Castro disse que por meio da lei federal 7.212/84, comemora-se no dia de hoje, 01/01 o dia do vereador. E disse que mais do que comemorar e trocar saudações é também uma data para se refletir sobre o verdadeiro papel do vereador na sociedade, possuindo um papel importante no município em que atua. Por estar mais presente na comunidade e em contato direto com a população é o vereador que recebe, diariamente, toda a carga de reclamações e de pedidos diversos. Nesse dia do vereador, a mensagem que fica, é que deve haver mesmo a entrega, a doação, pois a causa é nobre e a sociedade merece ter a reciprocidade da confiança depositada. A resposta que cada vereador pode e deve dar é o trabalho, a dedicação e a intervenção sistemática junto aos órgãos competentes no sentido de que suas ações possam resultar na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos para o bem de toda a coletividade. Ser vereador é ter consciência das necessidades do povo que lhe confiere a missão de bem representá-lo. Aproveitou para parabenizá-los, vereadores e vereadoras, e agradecer também aqueles que me confiaram essa importante tarefa. Com a palavra pela ordem a vereadora Gracia Araújo parabenizou a vereadora Vânia por sua fala. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. - Requerimento s/nº. - Medalha do Mérito Legislativo de acordo com o art. 4º do Decreto Legislativo nº. 469/98 e 520/99 ao Sr. José Roberto Ribeiro Lima - Aut. Ver. Luiz Gonzaga de Oliveira. Com a palavra para discutir o vereador Luiz Gonzaga pediu a todos os vereadores que aprovassem o requerimento para pudessem homenagear o Sr. José Roberto, que durante muitos anos foi o diretor do IFET-Barbacena e está em Juiz de Fora atuando no IFET de lá. Lembrou que durante sua gestão foram implantados diversos projetos e melhorias, tendo conseguido a ampliação do Campus do IFET-Barbacena, aumentando o número de cursos técnicos e implantando os cursos superiores e pós-graduação. Encerrada a discussão o projeto foi colocado em votação e foi APROVADO COM DOZE VOTOS FAVORÁVEIS E UM VOTO CONTRÁRIO. SEGUNDA PARTE - ORDEM DO DIA - HORÁRIO: 19h54. Discussão e Votação de Projetos. PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO - REGIME URGÊNCIA - URGENTÍSSIMA. Proj. Lei nº. 197/13 - Autoriza o Município de Barbacena a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - S/A - BDMG, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências. - Aut. Executivo - PRAZO VENCE EM 16.10.13. Com a palavra para discutir o projeto o vereador Luiz Gonzaga disse que gostaria de fazer um pedido ao líder de governo para que viabilizasse uma reunião com o Secretário de Finanças para que ele viesse até a Câmara e mostrasse a todos a capacidade de endividamento do município e reais desdobramentos desse empréstimo. E lembrou que seriam dez milhões contratados e demais pagamentos que o município deve frequentemente. Com a palavra para discutir o vereador Carlos Roberto disse que pediria vistas principalmente por considerar o que foi dito pelo vereador Luiz Gonzaga e chamou a atenção dos vereadores para as peculiaridades do projeto. Disse que ao aprovar, em fevereiro, a contratação de empréstimo de cinco milhões, ele fez isso muito preocupado, mas confiando em tudo o que foi trazido pelo Sr. Presidente no sentido que a verba seria usada para a obra do córrego da Rua Bahia e que a obra seria utilizada no projeto "Urbaniza Barbacena" aguardado deste 2010. Lembrou que o projeto aprovado tem uma taxa de juros de 8% e explicou que isso é em função do endividamento do município. E que as garantias apresentadas são do FPM e do ICMS, ou seja, dotações orçamentárias do governo federal e estadual, que são repassados ao município e poderão ser descontados. Porém, acha que já está ficando um endividamento grande. No entanto, o Secretário de Finanças veio até a Câmara e apresentou números completamente diferentes desse valor. Continuando disse seria preciso diferente economizar para pagar e não contrair mais dívida. E que se o Prefeito tem um relacionamento tão estreitado com o governo estadual facilmente



BARBACENA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA - e-DOB



BARBACENA, SEGUNDA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 2013

conseguiria esse valor, já que para o estado essa quantia é pequena, dada a sua receita. Nesse momento o Sr. Presidente interrompeu o vereador Carlos Roberto para dizer que no dia nove o governador estará em Barbacena assinando um convênio com a prefeitura, repassando dezesseis milhões de reais para o Hospital Regional e mais doze milhões de recursos para equipamentos do Hospital Regional, aumentando muito a capacidade daquele hospital. Prosseguindo o vereador Carlos Roberto disse ter certeza que nesse encontro, os políticos que governam a cidade terão total liberdade para pedir mais cinco milhões, sem precisar endividar o município. Com a palavra para discutir a vereadora Vânia disse que gostaria de reiterar o pedido do vereador Luiz Gonzaga, apesar da audiência pública realizada para prestação de contas no dia de ontem, quando o Secretário de Finanças respondeu a todos os questionamentos que lhe foram feitos, com total clareza. E disse ser preciso que os vereadores tentem participar um pouco mais. E só reitera o pedido para que todos possam ficar mais conscientes do que votarão. Com a palavra para discutir o vereador Márcio Zeferino disse ser a favor do projeto e votará favoravelmente, mas entende que talvez fosse possível utilizar esse dinheiro para o pagamento dos salários atrasados dos efetivos e aposentados. E pediu ao líder de governo para fazer essa verificação. Com a palavra para discutir o projeto o vereador Sebastião Alvim disse concordar com o pedido dos vereadores Luiz Gonzaga e Vânia e também com as ponderações feitas pelo vereador Carlos Roberto. Acredita que o governo municipal, através do prefeito e de sua equipe, não estaria colocando esse projeto na Casa se não tivesse ampla confiança do trabalho que vem sendo realizado na Prefeitura como gestor do município. E entende que ao enviar esse projeto para a Câmara o Prefeito sabe qual é a capacidade de endividamento que pode ser feita para o município, da mesma forma que sabe que o seu substituto assumirá esses pagamentos. afirmou que não está aqui para falar que o município não possa ficar comprometido e só o Secretário poderá dar esse esclarecimento, mas acredita que ninguém constrói nada se o estado não for parceiro, e o estado já é parceiro com o BDMG, fomentando os municípios de Minas. E se comprometeu, de toda forma, a convidar o Secretário para que ele venha até a Câmara para demonstrar a capacidade de endividamento do município. Com a palavra para discutir o vereador Ronaldo Braga parabenizou o líder de governo por ter acatado o pedido do vereador Luiz Gonzaga e lembrou que já é o segundo pedido de empréstimo feito nesse primeiro ano de governo e ele gostaria de já ter visto o primeiro ser implementado. afirmou que acredita que o Prefeito esteja administrando outra cidade já que o Secretário de Finanças apresenta outros números relativos à dívida líquida e dívida consolidada e pediu que os vereadores deem uma olhada melhor nos relatórios, para que saibam a diferença entre aquilo que é divulgado na imprensa e aquilo que realmente consta dos relatórios oficiais. Prosseguindo disse discordar do vereador Sebastião Alvim quando ele menciona os descalabros de governos e como se o atual governo estivesse caminhando muito dentro das leis. afirmou que fazer asfalto com empréstimo é muito fácil, pois o empréstimo fica toda vida sendo pago, pelos diversos prefeitos que passam pelo Executivo. No entanto, quando se trata de um estado falido, como o de Minas Gerais não resta outra alternativa aos municípios, senão estabelecer esse regime de convênio, no qual os juros são, muitas vezes altos, para conseguirem fazer alguma coisa. E pediu que o líder de governo suba à Tribuna e numere as melhorias trazidas pelo seu governo, pois tudo o que está na cidade foi trazido pelo governo dele. Ainda que algumas situações tenham ficado para ser finalizadas pelo atual governo, afinal trata-se de governo continuado. Agora o Prefeito deve terminar e colocar tudo para funcionar, o que entende ser muito mais fácil. E reafirmou que muitas coisas aconteceram na cidade, diferentemente do que foi dito pelo vereador Sebastião Alvim. Ainda que os demais políticos tenham feito algo, mas não foi nada de grande relevância. E espera que o prestígio do atual prefeito, junto ao governador,

seja usado para trazer melhorias para a cidade, afinal o município não detém recursos suficientes para realizar os projetos sozinhos. E lamentou que estejam sendo divulgadas dívidas grandes sem que sejam realmente efetivas, e principalmente que a cidade esteja sendo administrada por meio de empréstimos, porque quem pagará será a população da cidade. E ressaltou que não estava questionando as prioridades, mas a Câmara tem o dever de verificar se esses empréstimos não deixarão a cidade em uma situação complicada no futuro. Com a palavra para explicação pessoal o vereador Sebastião Alvim disse ao vereador Ronaldo que, tirando o convênio com o governo federal e outras coisas que chegaram ao município de Barbacena, ele não quis falar sobre isso, quis falar de infraestrutura, como calçamento, bueiros nos bairros, principalmente periferia. E sabe que os convênios do governo federal ele reconhece que foram parcerias do PT e do PMDB. Com a palavra para discutir pela segunda vez o vereador Luiz Gonzaga disse que a cidade não tem mais um ministro de estado, só um deputado estadual e um federal, sendo que outros tantos já existiram no município. E essa falta de representatividade é o que inviabiliza a realização das melhorias e determina os pedidos de empréstimos. E quando o vereador Sebastião fala que o BDMG é parceiro ele não entende assim, pois o município terá que pagar o dinheiro por ele emprestado. E entende que parceiros seriam os governadores, senadores e deputados que conseguissem as verbas para a cidade sem que depois fosse preciso pagar. E a situação de Barbacena já poderia ter sido resolvida por meio das emendas se os deputados fossem da cidade. E pediu que eles fiquem atentos a essa situação, pois se muitos forem os candidatos nenhum será eleito, é preciso haver um acordo e estudo a respeito daquele que realmente representará a cidade com compromisso. Barbacena está crescendo em número de população, mas os problemas continuam existindo. E finalizou dizendo que os políticos que falham são penalizados nas urnas e se o governo estadual fosse parceiro teria liberado o recurso para a Prefeita Danuza, e estaria liberando recursos, que não fossem empréstimos, para o prefeito Toninho, mas as forças políticas sempre atrapalham quando não são políticos de seu grupo. Solicitou aos vereadores de base, em especial ao vereador Sá Grise, que olhe a situação do posto médico do bairro Santo Antônio que está a quase um ano sem médico pediatra. E destacou que a comunidade é grande e a demanda da população daquele bairro e bairro vizinhos é grande. Nesse momento concedeu um aparte à vereadora Angela Kilson que disse que realmente está faltando médicos pediatras na cidade e muitas são as reclamações a respeito. E que está difícil encontrar pediatra. Concedeu um aparte ainda ao vereador Tadeu José que disse ter entrado na Casa um requerimento da Pastoral da Criança com o mesmo pedido de médico pediatra para o bairro Funcionários. E ele procurou o Secretário de Saúde que, por meio de sua assessoria, lhe informou que o problema maior é a disposição dos pediatras que queiram atender e assumir a função no município. O Secretário lhe deu inclusive a liberdade de encontrar um pediatra e apresentá-lo à Secretaria. O vereador Luiz Gonzaga perguntou se o vereador Tadeu saberia dizer porque o médico não se interessa em trabalhar. O vereador Tadeu disse que é por razões pessoais de cada um. O vereador Luiz Gonzaga disse que então é necessário encontrar razões para convencer o médico a aceitar o trabalho e não simplesmente dizer que os médicos não estão aceitando. Encerrada a discussão foram solicitadas vistas pelo vereador Carlos Roberto. **VISTAS CONCEDIDAS AO VEREADOR CARLOS ROBERTO. VETO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA. - VETO PARCIAL AO PROJ. LEI Nº. 051/13 - Inclui no calendário oficial do Município de Barbacena a Festa do Produtor Rural Correia Almeida e Região - Aut. Executivo - PRAZO VENCIDO EM 14.09.13. Com a palavra para discutir o vereador Luiz Gonzaga apelou ao líder de governo, já que ele estava conversando com alguns vereadores a respeito dos vetos e gostaria de saber qual o entendimento que ele tem a respeito e que pode ser trazido para os demais vereadores. Ressaltou que a intenção dos vereadores é produzir**

projetos e legislar. afirmou ser quase impossível que eles apresentem algum projeto que não representem custo para o município e que aprovam os projetos e depois eles retornam do Executivo com veto. Nesse momento concedeu um aparte ao líder de governo Sebastião Alvim que disse ter feito uma reunião com o Chefe do Executivo e lhes foi pedido para manter os vetos que viessem para a Câmara com a informação de que os projetos que criam despesas para o município, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno, os vereadores sabem perfeitamente que não podem ser aprovados. E destacou que a Casa tem a sua posição a respeito e ele solicitou aos pares da base do governo que mantenham o veto do Prefeito conforme a solicitação feita por ele. Concedeu ainda um aparte à vereadora Vânia de Castro que disse já ter discutido isso entre os demais vereadores e foi se inteirar do assunto e, conforme a Lei Orgânica do Município, o que é competência do Executivo e o que é competência do Legislativo, teve também seus projetos vetados por também ter adentrado a competência do Executivo. Principalmente com relação aos aportes financeiros que devem ser dados aos projetos. Diante disso ela tem entrado com indicações para o Executivo, já enviando junto o anteprojeto totalmente desenvolvido. No entanto, sugeriu que fosse alterada a Lei Orgânica do Município. Concedeu também um aparte ao vereador Ronaldo Braga que disse que os vereadores realmente devem tratar desse assunto. E da forma como a Lei Orgânica e o Regimento Interno da Câmara tratam da matéria competência é quase impossível que os projetos não sejam vetados pelas mesmas razões, vício de iniciativa. Disse ter lido todos os vetos e o procurador do município justificou todos os vetos com essa base, vício de iniciativa. E em alguns projetos o procurador tem amenizado seus vetos e tem diminuído seus méritos. Por isso, a vereadora Vânia fez uma boa colocação, devendo a lei orgânica ser emendada. E o projeto da nova lei já menciona essa questão dos anteprojetos que devem ser encaminhados juntamente com as indicações. E finalizou dizendo ser contra os vetos, mas deseja que os projetos sejam feitos como indicações e estas sejam acompanhadas dos anteprojetos adequados. Finalizando também o seu pronunciamento o vereador Luiz Gonzaga disse que como legislador é obrigado a acatar as informações dadas pelos pares, mas gostaria de ressaltar que quando o governo municipal necessita embasar a sua decisão ele é muito contundente, mas não o faz da mesma forma quando não quer dar explicações e atropela a Casa que sua vontade, de maneira impositiva. Com a palavra para explicação pessoal o vereador Johnson disse que esteve com o Prefeito há mais ou menos quinze dias e ele lhe falou que o parlamento é soberano, com poderes para manter ou derrubar os vetos por ele enviados. No entanto, ele entende que o poder de ação dos vereadores está limitado e há muito tempo ele menciona isso, sendo os vereadores despachantes de luxo, pois fazem projetos e os prefeitos têm o mesmo procedimento, e todos os prefeitos agiram assim, somente sancionaram projetos que eram de interesse dos vereadores da base e do próprio governo. Nesse momento o Sr. Presidente interrompeu o pronunciamento do vereador Johnson para comunicar à Casa que estava encerrado o período de votação dos projetos. Pediu ainda que o Secretário fizesse a leitura do Edital de Convocação 004/2013. **TERCEIRA PARTE - ENCERRAMENTO - ORADORES INSCRITOS - HORÁRIO: 20H54. Prosseguindo com a palavra o vereador Johnson disse que seria importante colocar em pauta a nova Lei Orgânica do Município. Ressaltou que o vereador trabalha a fim de somar ao município e posteriormente vem o veto para a Câmara. E durante a reunião com o Prefeito ele chegou a questionar os vetos feitos em projetos dele. Prosseguindo com a palavra como orador inscrito o vereador Johnson disse ser triste o veto feito ao projeto do vereador Luiz Gonzaga que trata dos acidentes com os moto-taxistas, afinal é lamentável que a Casa não possa elaborar projetos dessa dimensão. Dando seguimento à sua fala o vereador Johnson disse que em relação à poluição da Sant Gobain o problema já ocorre há tempos. E a Comissão do Meio Ambiente deveria se manifestar**



BARBACENA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA - e-DOB



BARBACENA, SEGUNDA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 2013

e se não resolver que seja montada uma Comissão Especial para tratar do assunto, afinal a fábrica é importante para a cidade, pois emprega muitas pessoas, mas a substância lançada no ar é tóxica e pode causar câncer. Nesse momento concedeu um aparte ao vereador Sebastião Alvim que disse ter ouvido comentários pela cidade de que a empresa Sant Gobain estaria cogitando férias coletivas para os funcionários em razão de estar com a situação financeira um tanto comprometida neste ano e que talvez por não terem feito a correta manutenção dos equipamentos, dado o custo elevado, esse cheiro tenha retornado agora. Finalizando o seu pronunciamento o vereador Johnson ressaltou a importância da Câmara averiguar o problema, ainda que a fábrica possa ser muito importante para o município, mas a saúde da população deve vir em primeiro lugar. Nesse momento foi realizada a chamada e estavam presentes os vereadores Angela Kilson, Amarílio Andrade, Carlos Alberto Sá Grise, Carlos Roberto, Gracia Araújo, Johnson Marçal, José Jorge, Luiz Gonzaga, Márcio Zeferino, Marilene Franco, Ronaldo Braga, Sebastião Alvim, Tadeu José, Vânia de Castro. Não havendo mais oradores inscritos o Sr. Presidente lembrou a todos da reunião extraordinária de amanhã e encerrou a presente sessão às 21h05 e eu, Danielle de Paula Almeida Duarte, Redatora de Atas, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário. Presidente: Vereador Amarílio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes.

RESUMO DA ATA 074/2012 - 016ª Sessão Extraordinária - 02.10.2013 - 2º Período - 1º Ano da Legislativa. Presidente: Vereador Amarílio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes. Vereadores Presentes: Conforme registro em livro próprio. PRIMEIRA PARTE - EXPEDIENTE - HORÁRIO: 19h30. O Sr. Presidente, às 19h30, solicitou ao Sr. Secretário efetuar a verificação Quorum para a possível abertura da Sessão Ordinária. E, em não preenchendo o número requerido pelo Quorum Regimental, o Senhor Presidente deixou de abrir a reunião por falta de Quorum. Eu, Danielle de Paula Almeida Duarte, Redatora de Atas, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário. Presidente: Vereador Amarílio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes.

RESUMO DA ATA 075/2013 - 055ª Sessão Ordinária - 03.10.13 - 2º Período - 1º Ano da Legislativa. Presidente: Vereador Amarílio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes. Vereadores Presentes: Conforme registro em livro próprio. PRIMEIRA PARTE - EXPEDIENTE - HORÁRIO: 19h27. "Ele me invocará dizendo: Tu és meu pai, meu Deus, e a rocha da minha salvação." (Salmo 89:26). I - Leitura e Discussão da Atas: Atas 060/2013 - Aprovada por unanimidade. II - Leitura da Correspondência e Comunicações: - Não houve. PROJETO PROTOCOLADOS NA CASA: - Proj. Lei. nº. 199/13 - Revoga a Lei Municipal nº. 2929 que dispõe sobre o fornecimento de passe livre para os líderes comunitários e dá outras providências. - Aut. Vereadora Vânia Maria de Castro. - Proj. Lei. nº. 201/13 - Autoriza a adequação das Leis nºs. 3809, de 2004, e 4446 de 2012, à legislação federal e dá outras providências. - Aut. Executivo. - Proj. Lei. nº. 202/13 - Autoriza o Executivo Municipal a firmar parceria com entidades filantrópicas e assistenciais para subvencionar despesas com energia elétrica e dá outras providências. - Aut. Executivo. - Proj. Lei. nº. 203/13 - Autoriza concessão de anistia fiscal e dá outras providências. - Aut. Executivo. - Veto Total ao Proj. Lei. nº. 019/13 - Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao "Bullying" escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas de educação básica do Município de Barbacena/MG - Aut. Executivo. - Veto Total ao Proj. Lei. nº. 040/13 - Dispõe sobre a destinação de tempo para veicular campanha publicitária educativa sobre o combate e a prevenção da pedofilia, violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes em eventos culturais, esportivos, exposições, casas noturnas, teatros, cinemas, casas de shows e outros equivalentes e dá

outras providências - Aut. Executivo. - Veto Total ao Proj. Lei. nº. 050/13 - Cria no âmbito municipal o centro de atividades da melhor idade de Barbacena - Ativa Idade - Aut. Executivo. - Veto Total ao Proj. Lei. nº. 057/13 - Dispõe sobre a criação do programa remédio em casa de distribuição de medicamentos de uso continuado a pacientes idosos mediante agentes de saúde familiar e dá outras providências - Aut. Executivo. SEGUNDA PARTE - ORDEM DO DIA - HORÁRIO: 19h34. Discussão e Votação de Projetos. PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO - REGIME URGÊNCIA - URGENTÍSSIMA. Proj. Lei. nº. 197/13 - Autoriza o Município de Barbacena a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - S/A - BDMG, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências - Aut. Executivo - PRAZO VENCE EM 16.10.13. RETIRADO DE PAUTA POR DETERMINAÇÃO DO PRESIDENTE. VETO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA. - VETO PARCIAL AO PROJ. LEI Nº. 051/13 - Inclui no calendário oficial do Município de Barbacena a Festa do Produtor Rural Correia Almeida e Região - Aut. Executivo - PRAZO VENCIDO EM 14.09.13. O Sr. Presidente nomeou como escrutinadores os vereadores Ronaldo Braga e Márcio Zeferino. Encerrada a votação o veto foi MANTIDO COM SETE VOTOS FAVORÁVEIS E 4 VOTOS CONTRÁRIOS. Estando presente na Casa o Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, o Sr. Almir Ferreira, o Sr. Presidente o convidou para fazer parte da mesa dos trabalhos. - VETO TOTAL AO PROJ. LEI Nº. 054/13 - Institui e inclui no calendário de eventos do Município a Semana Municipal de Prevenção a Acidentes com Motociclistas e dá outras providências. - Aut. Executivo - PRAZO VENCIDO EM 14.09.13. O Sr. Presidente nomeou como escrutinadores os vereadores Ison Guilherme e Grácia Araújo. Encerrada a votação o veto foi MANTIDO COM SETE VOTOS FAVORÁVEIS E QUATRO VOTOS CONTRÁRIOS. - VETO PARCIAL AO PROJ. LEI Nº. 062/13 - Inclui no calendário oficial do Município a Semana Municipal de Conscientização contra o Aborto e dá outras providências. - Aut. Executivo - PRAZO VENCIDO EM 14.09.13. Com a palavra para discutir o veto o vereador Tadeu José pediu que os demais vereadores o ajudassem na derrubada do presente veto. O Sr. Presidente nomeou como escrutinadores os vereadores Angela Kilson e Sebastião Alvim. Encerrada a votação o veto foi MANTIDO COM SETE VOTOS FAVORÁVEIS E CINCO VOTOS CONTRÁRIOS. - VETO PARCIAL AO PROJ. LEI Nº. 069/13 - Dispõe sobre a afixação de cartazes ou placas nos hospitais da rede pública e privada com informação sobre o direito dos idosos de serem acompanhados em caso de internação e dá outras providências. - Aut. Executivo. - PRAZO VENCIDO EM 14.09.13. O Sr. Presidente nomeou como escrutinadores os vereadores Luiz Gonzaga e Ison Guilherme. Encerrada a votação o veto foi MANTIDO COM OITO VOTOS FAVORÁVEIS E QUATRO VOTOS CONTRÁRIOS. - VETO PARCIAL AO PROJ. LEI Nº. 075/13 - Dispõe sobre a inserção no calendário oficial de eventos do Município de Barbacena o Encontro de Bandas e dá outras providências. - Aut. Executivo. - PRAZO VENCIDO EM 14.09.13. O Sr. Presidente nomeou como escrutinadores os vereadores Sá Grise e Vânia de Castro. Encerrada a votação o veto foi MANTIDO COM SETE VOTOS FAVORÁVEIS E CINCO VOTOS CONTRÁRIOS. - VETO PARCIAL AO PROJ. LEI Nº. 052/13 - Dispõe sobre o incentivo ao cultivo da Citronela e Crotolária Juncea como método natural de combate à Dengue e dá outras providências. - Aut. Executivo - PRAZO VENCIDO EM 14.09.13. O Sr. Presidente nomeou como escrutinadores os vereadores Johnson Marçal e Márcio Zeferino. Encerrada a votação o veto foi REJEITADO COM NOVE VOTOS CONTRÁRIOS E TRÊS VOTOS FAVORÁVEIS. - VETO PARCIAL AO PROJ. LEI Nº. 060/13 - Inclui a Semana Municipal de Conscientização, Prevenção e Combate a Diabetes na Infância e Adolescência e dá outras providências. - Aut. Executivo - PRAZO VENCIDO EM 14.09.13. O Sr. Presidente nomeou como escrutinadores os vereadores Márcio Zeferino e Ronaldo Braga. Encerrada a votação o veto foi MANTIDO COM SETE VOTOS FAVORÁVEIS E CINCO VOTOS CONTRÁRIOS. TERCEIRA PARTE - ENCERRAMENTO - ORADORES INSCRITOS - HORÁRIO:

20H37. Nesse momento foi realizada a chamada e estavam presentes os vereadores Angela Kilson, Amarílio Andrade, Carlos Alberto Sá Grise, Gracia Araújo, Ison Guilherme, Johnson Marçal, Luiz Gonzaga, Márcio Zeferino, Ronaldo Braga, Sebastião Alvim, Tadeu José, Vânia de Castro. Com a palavra pela ordem o vereador Johnson Marçal disse que novamente subia à Tribuna para protestar contra o voto secreto. Destacou que o Prefeito mandou vários vetos para a Casa e com os quais ele concordava por entender que realmente tinham embasamento, mas outros não e o próprio prefeito lhe disse que não haveria problema em o Plenário se manifestar. Lembrou que está na Casa há três mandatos e que sempre se manifestou contra o voto secreto, em especial em alguns momentos do passado. Destacou o projeto que cria a Semana Municipal de Conscientização, Prevenção e Combate a Diabetes na Infância e Adolescência e afirmou que ser contra ele vai além das alianças políticas, dos interesses e de qualquer coisa. E desejou que rapidamente o projeto para acabar com o voto secreto seja votado pela Casa. E espera que Barbacena se adiante e acabe com o voto secreto, sob pena de serem questionados na justiça. Com a palavra para explicação pessoal o vereador Luiz Gonzaga que disse ao vereador Johnson que ele pode ter conversado com o Prefeito, mas a orientação que ele viu ser passada para os vereadores da base é que deveriam manter o veto. E pediu desculpas quanto ao seu posicionamento a respeito dos vetos e acha que o direito é de todos, afinal ele não quer saber dos acordos feitos para manter ou não os vetos. E ele acredita que é preciso sim rever o voto secreto e acabar com ele. Mas os acordos feitos entre a base e o governo não cabe a ele julgar, mas acredita que quiseram fazer um agrado ao vereador Johnson, porém não foi como ele esperou, porque o projeto que ele mais queria ver aprovado não foi. Com a palavra pela ordem o vereador Ison Guilherme disse que mais uma vez gostaria de ressaltar sua contrariedade ao voto secreto e espera que em breve ele acabe, para que assim se possa ver quem é quem e como é o comportamento das pessoas. Prosseguindo, lembrou que na cidade de Mossoró o passe livre foi aprovado, mas aqui em Barbacena até o momento nada foi feito para o benefício dos estudantes. E pediu o apoio do Presidente para que alguma coisa seja feita nesse sentido. Com a palavra como líder o vereador Ison disse que é preciso que o poder público ajude mais os empresários do município e daqueles que trazem benefícios. É preciso valorizar aqueles que estão aqui e é preciso acreditar no povo da cidade. Dirigindo-se ao vereador Sá Grise perguntou se estava confirmada a contratação de um pediatra para Correia de Almeida. Nesse momento concedeu um aparte ao vereador Sá Grise que disse ter entrado em contato com o Dr. Orleans, em especial após o vereador Luiz Gonzaga ter citado seu nome no rádio, e disse que a intenção dos vereadores era inclusive convocá-lo a vir a Câmara, mas ele pediu um tempo porque pretende vir até a Casa para apresentar as realizações e os projetos que serão realizados. No entanto, ele havia mencionado a solicitação do vereador Luiz Gonzaga, mas ele disse que não tinha condições de colocar um pediatra em cada bairro. Sendo assim, sugeriu que fosse colocado um profissional em cada distrito sanitário que atenda cerca de cinco a dez bairros. Prosseguindo o vereador Ison pediu que o vereador Sá Grise deixasse a indicação pedindo o pediatra para Correia de Almeida para ele. Concedeu ainda um aparte ao vereador Márcio Zeferino que pediu ao vereador Sá Grise para lembrar ao Secretário Orleans que o Hospital de Correia de Almeida foi inaugurado como sendo o primeiro hospital rural, não sendo um simples posto de saúde. Dando seguimento ao seu pronunciamento o vereador Ison disse que em reunião com o Prefeito afirmou a ele que era preciso recolocar os médicos no Hospital de Correia de Almeida e que isso era um benefício para o povo, cerca de cinco mil habitantes, só naquela região. Não havendo mais oradores inscritos o Sr. Presidente lembrou a todos da reunião extraordinária de amanhã e encerrou a presente sessão às 20h23 e eu, Danielle de Paula Almeida Duarte, Redatora de Atas, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo



BARBACENA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA - e-DOB

ADMINISTRAÇÃO



2013 / 2016

BARBACENA, SEGUNDA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 2013

Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário. Presidente: Vereador Amarílio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes.

RESUMO DA ATA 076/2013 - 017ª Sessão Extraordinária - 04.10.13 - 2º Período - 1º Ano da Legislatura. Presidente: Vereador Amarílio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes. Vereadores Presentes: Conforme registro em livro próprio. PRIMEIRA PARTE - EXPEDIENTE - HORÁRIO: 19H27. "Chegue a minha oração perante a tua face, inclina os teus ouvidos ao meu clamor; Porque a minha alma está cheia de angústia, e a minha vida se aproxima da sepultura. Estou contado com aqueles que descem ao abismo; estou com homem sem forças" (Salmos 88:2-4). I - Leitura e Discussão da Atas: - Não Houve. II - Leitura da Correspondência e Comunicações: - Não Houve. SEGUNDA PARTE - ORDEM DO DIA - HORÁRIO: 19H29. Discussão e Votação de Projetos. SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO - PROJETO DE LEI. Proj. Lei nº. 181/13 - Dispõe sobre o Plano de Custeio Complementar do Sistema Municipal de Previdência e Assistência ao Servidor - SIMPAS e dá outras providências - Aut. Executivo. *Votar emenda de fls. 08 de autoria da Vereadora Vânia Maria de Castro. VISTAS CONCEDIDAS À VEREADORA MARILENE FRANCO. Proj. Lei nº. 169/13 - Reconhece como de utilidade pública a Associação Comunitária Estudantil e Rural de Correia de Almeida e dá outras providências - Aut. Ver. Ilson Guilherme de Sá. APROVADO POR UNANIMIDADE. Com a palavra o vereador Ilson Guilherme solicitou que o projeto fosse colocado em redação final. O Sr. Presidente submeteu o requerimento ao Plenário e o mesmo foi APROVADO POR UNANIMIDADE. O Sr. Presidente solicitou à secretária o projeto em redação final e havendo aquiescência da Comissão de Redação Final, colocou em discussão e votação o projeto de lei que reconhece como de utilidade pública a Associação Comunitária Estudantil e Rural de Correia de Almeida e dá outras providências. Aut. Ver. Ilson Guilherme de Sá. Encerrada a discussão foi o presente projeto colocado em votação em redação final tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO - PROJETO DE DECRETO. Proj. Dec. Leg. nº. 019/13 - Aprova Atas das 94ª e 95ª reuniões da comissão do Plano Diretor e dá outras providências - Aut. Mesa da Câmara. APROVADO POR UNANIMIDADE. Com a palavra a vereadora Angela Kilson solicitou que o projeto fosse colocado em redação final. O Sr. Presidente submeteu o requerimento ao Plenário e o mesmo foi APROVADO POR UNANIMIDADE. O Sr. Presidente solicitou à secretária o projeto em redação final e havendo aquiescência da Comissão de Redação Final, colocou em discussão e votação o projeto de lei que aprova Atas das 94ª e 95ª reuniões da comissão do Plano Diretor e dá outras providências - Aut. Mesa da Câmara. Encerrada a discussão foi o presente projeto colocado em votação em redação final tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO - PROJETO DE DECRETO. Proj. Dec. Leg. nº. 018/13 - Aprova o parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências - Aut. Mesa da Câmara - voto contrário da comissão especial. Com a palavra para discutir o vereador Carlos Roberto afirmou que não deu parecer no projeto, nem favorável, nem contrário, porque entendeu que o prazo que tinham para estudar a matéria era muito curto e que haviam dúvidas a respeito da matéria, que ainda persistem. Disse ter entrada em contato com o Tribunal de Contas e a Secretária do Setor de Prestação de Contas e ela lhe deu uma revista do TCE, do tempo em que o atual prefeito ainda era Presidente do Tribunal e a página 37 menciona exatamente a sua dúvida e fez a leitura da mesma. E destacou que a rolagem de dívidas, por meio de restos a pagar ficaria proibida no último ano do mandato e serviria de ponto de corte. Falou ainda que as contas que estão sendo julgadas são as de 2011 e por isso haveria a possibilidade de arrolar a dívida para o ano seguinte e não poderiam aprovar se as contas fossem de 2012. Iria votar contra, baseando-se no parecer que a Comissão deu, mas este servirá apenas para o caso de julgamento das contas de 2012 e se tivesse ficado claro que houve a rolagem da dívida ao final do

mandato. Mas agora, após este esclarecimento, não existe a questão técnica para a sua votação contrária. Nesse momento concedeu um aparte ao vereador Ronaldo Braga que disse ser prudente pedir vistas para que os demais companheiros também pudessem fazer essa análise. Destacou que a questão dos restos a pagar, após a lei de responsabilidade fiscal é muito clara. Esclareceu que restos a pagar significa dinheiro empenhado, dinheiro em caixa, ainda que as dívidas tenham ficado para o exercício seguinte. Ressaltou que também estava com esta dúvida pendente, mas agora entende que é uma questão puramente técnica. E está certo de que o parecer da vereadora Marilene deve estar devidamente embasado. Prosseguindo com seu pronunciamento o vereador Carlos Roberto disse que independente de quem seja, se ele não concordar, ele não vota as contas, como não votou uma das contas do ex-prefeito Martim Andrada, mas porque havia um parecer do Tribunal de Contas, dentro da prestação dizendo não haver explicação para sete milhões que deveriam ter sido investidos, mas estavam abrindo prazo para dar as devidas explicações. Com a palavra para discutir o projeto a vereadora Marilene disse não conseguir entender, pois há um mês o vereador teria subido à Tribuna e dito que não votaria e que não era favorável ao voto. Agora, ele diz que não teve tempo de analisar e ela perguntou em que ele estaria se baseando para mudar de opinião. Com a palavra para explicação pessoal o vereador Carlos Roberto disse ser fácil de entender, pois quando ele subiu à Tribuna para dizer que não votaria ele quis dizer que não concordava com as várias colocações que estavam sendo feitas a respeito das dívidas deixadas e o próprio Tribunal aprova as contas e alertou que as contas estavam chegando. Destacou que estariam lidando com um projeto que é técnico, os vereadores que são novos podem não saber, mas ao votar contrariamente um parecer do Tribunal de Contas é preciso justificar tecnicamente. O presidente sabe que se chegar lá sem essa justificativa o vereador pode ser interpelado sobre o porquê de ter votado contrariamente, pois não tem certeza da técnica contrária. E explicou que o Tribunal faz isso por não admitir o julgamento político de prestação de contas. Da mesma forma que poderá votar a favor ou contra as contas de 2012 que ainda não chegaram na Câmara. E ressaltou que se a Casa revisse alguns posicionamentos as coisas estariam bem melhores. TERCEIRA PARTE - ENCERRAMENTO - ORADORES INSCRITOS - HORÁRIO: 20H30. Nesse momento foi realizada a chamada e estavam presentes os vereadores Angela Kilson, Amarílio Andrade, Carlos Roberto, Grácia Araújo, Ilson Guilherme, José Jorge, Luiz Gonzaga, Márcio Zeferino, Marilene Franco, Ronaldo Braga, Sebastião Alvim, Tadeu José, Vânia de Castro. Com a palavra como orador inscrito o vereador Sebastião Alvim disse que gostaria de aproveitar o que foi dito pela vereadora Marilene a respeito da relatoria na prestação de contas. Afinal o Secretário de Finanças, José Francisco estará na Câmara na próxima terça-feira, e poderia ser aproveitada a sua presença para pedir esclarecimentos a respeito. E que votar contra ou a favor é uma questão de conhecimento e como votarão cada um sabe. E se não tem o conhecimento devido devem seguir a posição do Tribunal de Contas. Nesse momento concedeu um aparte à vereadora Marilene que disse que gostaria de esclarecer que como relatora o seu voto é contrário, dado o seu entendimento. E acredita que não está votando pelo fato da Danuza ter sido oposição e ela situação, mas votou contrário pelo seu entendimento. E se amanhã, o Prefeito Toninho Andrada deixar restos e deixar a cidade um caos, ela estando na Casa, também votará contrariamente. Prosseguindo o vereador Sebastião disse ser inadmissível chegar ao final de uma gestão e se escutar pelas equinhas que foram pagas questões particulares do município e os aposentados e servidores efetivos terem ficado com três pagamentos atrasados, desobedecendo uma lei regimental e a lei orgânica do município que é a lei orçamentária. afirmou que pode até não está sendo contrário ao Tribunal de Contas no seu entendimento, mas a Casa Legislativa, a Lei Orgânica do Município foram desobedecidas por não sido respeitado o Orçamento Municipal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Concedeu ainda um aparte ao

vereador Ronaldo Braga que disse que o que estava em julgamento no projeto ora apresentado eram as contas do ano de 2011 e não 2012. E o que ele disse estaria certo se fosse a respeito de 2012. Prosseguindo o vereador Sebastião disse que talvez o vereador Ronaldo não escutou mas ele estaria discutindo o parecer do Tribunal de 2011, mas no seu entendimento político, de quem conviveu com o último de governo. E não teria condições de falar a respeito das contas de 2012 porque ainda não as tem em mãos. O Sr. Presidente pediu aos vereadores que na próxima terça-feira não apresentassem indicações e requerimentos, pois iriam dedicar-se ao ouvir o Secretário, José Francisco na primeira parte da reunião. E informou também que estaria encerrado o período de sessões extraordinárias. Não havendo oradores inscritos o Sr. Presidente encerrou a presente sessão às 20h53 e eu, Danielle de Paula Almeida Duarte, Redatora de Atas, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário. Presidente: Vereador Amarílio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes. Obs.: A presente ata teve a sua gravação parcialmente comprometida, não sendo possível transcrever todas as discussões dos projetos, conseguindo apenas constar as votações conforme ocorreram nesta reunião. O fato já foi devidamente informado aos meus superiores conforme protocolo DOC-01601/13 do dia 29/10/2013.

RESUMO DA ATA 077/2013 - 056ª Sessão Ordinária - 08.10.13 - 2º Período - 1º Ano da Legislatura. Presidente: Vereador Amarílio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes. Vereadores Presentes: Conforme registro em livro próprio. PRIMEIRA PARTE - EXPEDIENTE - HORÁRIO: 19h24. "Se os seus filhos deixarem a minha lei, e não andarem nos meus juízos. Se profanarem os meus preceitos, e não guardarem os meus mandamentos..."(Salmo 89:30-31). I - Leitura e Discussão da Atas: - Não houve. II - Leitura da Correspondência e Comunicações: - Não houve. PROJETOS PROTOCOLADOS NA CASA: - Proj. Lei. nº. 198/13 - Estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal e da Seguridade Social do Município de Barbacena para o exercício de 2014. - Aut. Executivo. - Proj. Lei. nº. 200/13 - Dispõe sobre a realização de exames de check-up na saúde dos alunos da rede municipal de ensino em Barbacena e fixa outras providências. - Aut. Ver. Luiz Gonzaga de Oliveira. - Proj. Lei. nº. 204/13 - Dispõe sobre a criação da carteira da gestante e dá outras providências. - Aut. Ver. Marcio Zeferino Ferreira. - Proj. Lei. nº. 205/13 - Obriga os bares, boates, clubes e congêneres sediados no Município de Barbacena a imprimir em seus cartões, convites de eventos e cartões de consumo, os slogans: SE BEBER NÃO DIRIGA E DROGAS - DIGA NÃO - Aut. Ver. Marcio Zeferino Ferreira. - Proj. Lei. nº. 206/13 - Institui o alvará simplificado para moradia popular e dá outras providências. - Aut. Ver. Marcio Zeferino Ferreira. - Proj. Lei. nº. 207/13 - Estabelece multas e sanções administrativas para maus-tratos a animais no âmbito do Município de Barbacena e dá outras providências. - Aut. Ver. Marcio Zeferino Ferreira. - Proj. Lei. nº. 208/13 - Dispõe sobre o desenvolvimento de programas educacionais, esportivos, recreativos e de lazer, durante o período de férias escolares nas escolas públicas municipais de Barbacena - Aut. Ver. Luiz Gonzaga de Oliveira. - Proj. Lei. nº. 209/13 - Proíbe o atendimento aos idosos, gestante e portadores de necessidades especiais no segundo piso das agências bancárias no Município de Barbacena. - Aut. Ver. Luiz Gonzaga de Oliveira. - Proj. Lei. nº. 210/13 - Dispõe sobre a entrada de acompanhante com portador de deficiência em locais destinados à diversão, espetáculos teatrais, musicais e circenses, exposições circense, exposições cinematográficas, atrações ou eventos esportivos em geral e dá outras providências - Aut. Ver. Luiz Gonzaga de Oliveira. - Proj. Lei. nº. 213/13 - Institui a comissão municipal da verdade, no âmbito do Município de Barbacena. - Aut. Vereadora Vânia Maria de Castro. Nesse momento o Sr. Presidente informou que o Secretário de Finanças estaria chegando à Casa e por esta razão suspenderia a sessão por cinco minutos até sua chegada. Sessão suspensa às 19h30. Reaberta a sessão às 19h35. O Sr.



BARBACENA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA - e-DOB



BARBACENA, SEGUNDA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 2013

Presidente informou que, nos termos regimentais, seria concedido cinco minutos para os vereadores fazerem os questionamentos ao Secretário de Finanças. Porém, se houver necessidade de um prazo maior a Mesa poderá conceder. Da mesma forma o Secretário terá cinco minutos para dar suas respostas. Com a palavra pela ordem a vereadora Vânia primeiramente agradeceu a solicitação dos vereadores para que o Secretário fosse convidado a vir na Casa, agradeceu também a presença dos Secretários Municipais. Disse que os vereadores tiveram muitas dúvidas com relação ao projeto apresentado pelo Executivo sobre os aportes e gostaria que o Secretário desse algumas explicações a respeito, se possível. Lembrou a emenda que ela fez para determinar que o aporte fosse somente patronal, ou seja, que o aporte fosse feito apenas pelo município. No entanto, vários servidores a procuraram e disseram que a palavra patronal iria contribuir para essa garantia de que o aporte seria feito apenas pelo Executivo. E pediu que o Secretário dê essa explicação, dizendo se a emenda é de fato viável ou se não fará diferença ao projeto. E desculpou-se caso exista algum erro em sua emenda. E pediu que resposta fosse dada pelo Secretário de Finanças e pelo Diretor do SIMPAS. O Sr. Presidente aproveitou para informar a presença do Presidente do Sindicato dos Servidores na Casa. Com a palavra o Secretário de Finanças disse que o único e grande objetivo do Executivo com o projeto do aporte é permitir que o Sistema de Previdência dos Servidores esteja regular, perante as normas do Ministério da Previdência Social. Disse que existem vários critérios a serem seguidos nos Regimes Próprios de Previdência. Ressaltou que se conseguiu atender a todos os critérios, faltando apenas a capacitação financeira para o equilíbrio do RPPS. afirmou que seria preciso que o RPPS, hoje, fosse capaz de bancar todos os benefícios que ocorrerem ao final da tabela biométrica de todos os segurados. Ou seja, se a estimativa de vida de todos os segurados é de oitenta anos de idade, o cálculo desse custo previdenciário é o cálculo para a reserva matemática atuarial, mas que nenhum regime previdenciário consegue atingir atualmente. E lembrou que o do município é regime de caixa, ou seja, receita equipar-se à despesa. Ressaltou, no entanto, que as receitas são menores que as despesas, ou seja, a contribuição dos servidores mais a contribuição patronal são inferiores com as despesas que sem tem no RPPS com os servidores aposentados. Assim, o município tem que fazer a complementação, que se faz por meio do aporte, solicitado em projeto enviado à Câmara. E por isso o referido projeto não menciona contribuição patronal, pois se trata do aporte financeiro que o município coloca à disposição do RPPS para fazer o equilíbrio. E o aporte está sendo feito com base no último cálculo atuarial, de 2012, e deverá ser de 14%. Destacou ainda que o cálculo atuarial, feito a cada ano, é o que motiva o aporte. afirmou ainda que se todos os contratados da Prefeitura fossem transformados em servidores efetivos, salvo aqueles cujos programas próprios determinam as suas contratações, traria uma vida mais longa para o Regime de Previdência, situação que poderia diminuir a exigibilidade do governo municipal. Sabemos, porém, que essa é uma realidade conhecida e praticada ao longo dos anos no RPPS. Então, o projeto foi concebido com o intuito de permitir que o município se regularize junto ao Ministério da Previdência para obter o certificado de regularidade previdenciária, que é exigido para que o município receba recursos da União, recursos estes oriundos dos convênios, das emendas parlamentares e dos programas que o governo federal cria e transfere aos municípios, da mesma forma os programas do governo estadual e até mesmo os financiamentos. E corre-se o risco de, sem o aporte, se perder a capacidade de captar recursos, junto aos governos federal e estadual, e que o projeto teria sido elaborado com o auxílio do Diretor do SIMPAS, do Prefeito e com a ajuda grande de um auditor do Ministério da Previdência, convidado pela Prefeitura, porque é preciso aprovar a lei que atenda às exigências do Ministério. E ao seu ver o projeto contém todos os itens que permitirá o município a conseguir o CRP e respondendo à pergunta da vereadora Vânia de porque o projeto não contém a palavra "patronal" é em razão de que essa não é a

contribuição patronal e sim uma obrigação do município de garantir receitas e despesas. Com a palavra pela ordem o vereador Luiz Gonzaga perguntou se essa responsabilidade do município poderá recair também sobre os servidores. O Secretário de Finanças respondeu que não, em hipótese alguma, pois a contribuição dos segurados está fixada em lei e só pode ser alterada por outra lei específica. Com a palavra novamente o vereador Luiz Gonzaga disse que a alíquota começa em 14% e está previsto o prazo de trinta e cinco anos. Quando se terá notícias dos outros valores? O Sr. Secretário respondeu que quanto aos outros valores, tanto a edilidade, quanto o Poder Executivo, quanto o SIMPAS terão notícias delas a cada cálculo atuarial que será feito, que ser faz todo ano. O Cálculo atuarial indica essa tendência do desequilíbrio. Com a palavra para fazer os seus questionamentos o vereador Carlos Roberto explicou que de modo geral não tem muitas dúvidas sobre o projeto, mas gostaria de discordar, não exatamente do Secretário de Finanças e nem do Diretor do SIMPAS, mas está com dificuldades de entender o artigo 7 do projeto, entender qual a possibilidade de se fazer o que o município está pedindo. Fez a leitura do referido artigo e este menciona a doação de imóveis da Prefeitura para o SIMPAS. Questionou então se não seria o caso de cada imóvel que fosse doado passar pela Casa Legislativa, respeitando a lei 8.666/90 em seu artigo 17. Em sua opinião, o que atrapalha algumas pessoas votarem o projeto é justamente esta questão, pois desse modo estariam dando um cheque em branco para todas as administrações futuras, pelos próximos anos, para doarem qualquer imóvel, sem que haja necessidade de passar pela Câmara. E destacou que essa é uma de suas dúvidas, outras questões fogem do projeto, porque é um plano de custeio complementar, mas gostaria de saber do Secretário e do Diretor do SIMPAS se ainda é possível fazer a segmentação de massas, ou se já passou do tempo. Ainda se está dentro do planejamento. Perguntou se seria viável a criação de um instituto com personalidade jurídica separada e contas independentes. E também se existe ou se será criado sobre esse plano de recuperação do sistema os Comitês Participativos. O Sr. Secretário disse que em relação às doações de imóveis o dispositivo legal seria genérico apenas para deixar em aberto essa possibilidade. As doações de imóveis, se e quando ocorrerem terão de ser autorizadas pelo Legislativo uma a uma. O Prefeito sabe disso, tendo colocado dessa forma apenas para que os futuros prefeitos tenha essa janela aberta para executar essas disposições. E essas doações somente se destinariam a complementação da reserva técnica atuarial, a ser cumprida pelo governo. Falou ainda a respeito da segmentação de massas que não é conveniente para o município, neste momento pelo menos, como não o era no governo passado. Seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista da segurança para o segurando. Pois quando se pensa em segmentação de massas é preciso levar para o novo grupo o regime de capitalização. Isso inviabiliza os cofres do município como é sabido pelos senhores vereadores e é inoportuno para os servidores aposentados. E passou a palavra para o Diretor do SIMPAS, Mário, para fazer as explicações pormenorizadas. Com a palavra o Diretor do SIMPAS disse que hoje se fala de mil e oitenta servidores aposentados e a preocupação, como servidor efetivo, é o futuro. afirmou que a proposta, ora apresentada, foi feita ainda em abril de 2012, juntamente com auditor da Previdência, para a prefeita Danuza Bias Fortes. Na época, também sugerida a segregação de massas porque entendiam que naquele momento seria viável, porém após a apresentação do cálculo atuarial percebeu-se que não seria possível e função da capitalização que teria de ser de setecentos e cinquenta mil reais, além do aporte financeiro que teria de ser feito para cumprir a folha de pagamento dos servidores aposentados. Logo, a decisão não seria a melhor. Agora, a doação de imóveis e a liberação do CRP para fazer essa compensação previdenciária, que está em torno de dezesseis milhões, será possível dar o aporte financeiro. Explicou que houve um período de muitas aposentadorias de professores, causando um estrangulamento do sistema previdenciário. E se não for feito dessa forma e nas condições que espera, será

muito difícil para o RPPS, continuar com o regime de caixa. E espera que até 2016, com a compensação previdenciária se restabeleçam, pois ao se fazer a atualização atuarial essa receita tende a diminuir. Mas tendo um sistema de previdência capitalizado que possa prevê o futuro daqui a trinta e cinco anos por aqueles que começaram a trabalhar hoje. afirmou ainda que a Previdência gera, hoje, um prejuízo de seiscentos mil reais para o município. E esse aporte de 14% foi programado junto à Caixa Econômica Federal, que foi quem fez o cálculo atuarial. Quanto aos Conselhos, a lei delega 57 já prevê os Conselhos Fiscal e de Administração e o decreto está para ser editado esta semana e espera que até o final do mês seja feita a aprovação das contas de 2012, pois ainda não foi feita a reunião do Conselho anterior. E apesar de já estar referendado pela Controladoria do Município e pelo Tribunal de Contas é preciso que seja referendado também pelo Conselho. Com a palavra para os seus questionamentos o vereador Ronaldo Braga disse que estariam falando desse percentual, mas o aporte financeiro seria de quanto? O Secretário de Finanças respondeu que a Caixa Econômica fez o cálculo e ele chega, em torno de, seiscentos a setecentos mil reais, por ser calculado sobre o valor total da folha de segurados. Sendo a diferença que precisa ser enfrentada dentro de 2014, mas destacou que o valor é variado de acordo com o cálculo atuarial feito ano a ano. Espera, portanto, que o projeto seja acolhido como está, conforme determina o Ministério da Previdência, sendo que, em função dele, o município estará legalmente organizado, e que com o CRP nas mãos seja possível obter imediatamente as compensações previdenciárias que poderão chegar ao patamar de dezesseis milhões de reais e que são recursos do município que estão no INSS e virão para capitalização no fundo de capitalização. E quando esse recurso retornar ele não poderá vir para o regime financeiro não, regime de caixa. Ele não pode vir para o prefeito pagar os aposentados não, ele tem que vir e ser colocado no fundo de capitalização, ficando para gerar o equilíbrio atuarial e não mais financeiro. Por isso a diferença entre equilíbrio atuarial e equilíbrio financeiro. Com a palavra o vereador Ronaldo disse que a explicação dada ao questionamento da vereadora Vânia foi claro, afirmando-se que a responsabilidade pela complementação é do Executivo. E a emenda da vereadora Vânia corrobora com isso e não contesta essa situação. E pediu que o Secretário dissesse tecnicamente se concorda com a retirada da emenda explicando qual seria o problema que ela nos traria do ponto de vista Legislativo. Com a palavra o Secretário de Finanças disse que quando a lei estabelece a contribuição patronal ela o estabelece de maneira fixa e não de maneira variável a acompanhar o cálculo atuarial. Seria um erro científico e que o Ministério não aceitará. Mas como aporte pode ser variável, conforme indicação do cálculo atuarial. E por isso a emenda estaria incorreta, mas ele sabe que seria apenas uma garantia de que esse ônus não iria nunca para o servidor, mas como ele disse a contribuição do servidor tem que estar determinada em lei específica e ela já está. Porém, o seu receio maior é o Ministério pegar o projeto com a emenda e rejeitá-lo e dizer que não estariam obrigados a flexibilizar o aporte quando o cálculo atuarial exigir mais do que aquilo. Com a palavra o vereador Ronaldo disse que o seu raciocínio foi em razão do termo contribuição utilizado no projeto de lei. E leu novamente a emenda. Com a palavra novamente para fazer os seus questionamentos o vereador Luiz Gonzaga disse esses questionamentos visam clarear o entendimento dos vereadores que não possuem o pleno conhecimento da parte contábil da Prefeitura. E que os Secretários e o Presidente do Sindicato representam todos os funcionários da Prefeitura. E é preciso zelar por eles. Perguntou então, novamente o que diz o artigo 7 do projeto de lei sobre as doações, pois não consta que a doação deverá passar pela aprovação da Câmara, mencionando apenas uma regra geral. No seu entendimento isso não precisaria constar do projeto, posto que a regra geral já existe. E quando o prefeito resolvesse fazer a doação bastaria enviar o projeto para a Câmara e ele seria aprovado. E pediu que o Secretário esclarecesse essa questão. Com a pa-



BARBACENA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA - e-DOB



BARBACENA, SEGUNDA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 2013

lavra o Secretário disse que conforme dito ao vereador Carlos Roberto, as doações de imóveis são objeto de legislação específica, sendo uma lei para cada doação ou uma lei para mais de uma doação, desde que individualizadas e com avaliação detalhada, visando o bem público. Explicou ainda que os termos do artigo 7º devem-se ao fato de que o Prefeito quer sinalizar para os servidores e aposentados que o Município tem mecanismos e meios de garantir o aporte atuarial, tornando viável e saudável o RPPS criado há tantos anos e que ainda vive no equilíbrio receita/despesa com a complementação que o município faz. Mas isso também garante que os futuros prefeitos podem propor doações, por meio de lei própria, para este fim, assim como ele fará se for preciso. E a sua finalidade e demonstrar ao Ministério que o município está empenhado em encontrar os mecanismos para fazer frente à sua capitalização e deixar o caminho aberto para quem o suceder. Com a palavra o vereador Gonzaga agradeceu os esclarecimentos e disse que o único receio que tinha era de que as doações não passassem pela Câmara. Com a palavra para fazer seus questionamentos o vereador José Jorge perguntou ao Diretor do SIMPAS, Mário Ladeira, como ficaria a situação dos servidores que antes de adentrar aos quadros da Prefeitura contribuíram para a RGPS. E se esses valores retornariam ao SIMPAS futuramente. O Diretor do SIMPAS disse que esses valores retornariam ao SIMPAS sim e que iriam para o mesmo fundo capitalizado que os recursos dos bens patrimoniais. Isso para garantir a segurança do aposentado no futuro. Porque hoje será esse aporte de 14%, mas no ano que vem será o aporte que o cálculo atuarial projetará, dando continuidade e garantia para os aposentados futuros que receberam sobre os aportes capitalizados. Esse recurso que foram pagos ao RGPS por aqueles que se tornaram servidores da Prefeitura, ao sair o CRP o sistema já informa o que tem que ser devolvido para o RPPS da Prefeitura de Barbacena. E vice e versa. Por isso chama-se compensação previdenciária. Com a palavra pela ordem o vereador Luiz Gonzaga solicitou ao Presidente da Câmara lhe disponibilizasse cópia da presente ata e da gravação da reunião de hoje. Solicitação deferida pelo Sr. Presidente. Com a palavra para fazer os seus questionamentos o vereador Márcio Zeferino solicitou ao Sr. Presidente que convidasse o Presidente do Sindicato dos Servidores para fazer algum questionamento que caso ele venha a ter como representante da classe. O Sr. Presidente colocou o requerimento do vereador Márcio em deliberação pelo Plenário que foi considerado oportuno pelos demais vereadores. Assim sendo o Sr. Presidente deu a palavra ao Presidente do Sindicato. Com a palavra o Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Almir Ferreira disse que o SIMPAS, hoje, arrecada de contribuição patronal e contribuição dos servidores, cerca de um milhão e meio. O município tem feito a complementação de oitocentos mil para o pagamento da folha de aposentados de dois milhões e trezentos. Sendo valores simbólicos que ele apenas usou para exemplificar que já existem as contribuições e a complementação da prefeitura. Com o aporte de 14% o valor vai influenciar, caso a emenda da vereadora Vânia venha a ser acatada, ou interferir no limite prudencial. E se a emenda for acatada poderá haver interferência no valor de reajuste dos servidores municipais? O Secretário de Finanças respondeu que sim, pois se é despesa de contribuição patronal ela compõe o índice. Por isso que ele disse ser a emenda inconveniente para todos os servidores. Com a palavra pela segunda vez para fazer seus questionamentos o vereador Ronaldo Braga perguntou se o aporte dessa natureza estaria na rubrica de custeio ou de pessoal. Se está na de pessoal perguntou se os cálculos relativos a esse impacto, tanto para o presente, quanto para o futuro, foram levados em consideração. O Secretário de Finanças explicou que o valor é tratado como aporte e como tal não se vincula à despesa, ele é decorrente da obrigação instituída. O instituidor tem a responsabilidade de garanti-la instituição. Assim, o município instituiu o RPPS, logo tem a obrigação de sustentá-lo. E todos os servidores, segurados do RPPS, têm a garantia de que os seus direitos previdenciários serão assegurados. Em especial porque a Constituição Federal assim

determina, pois o município não era obrigado a criá-lo, porém se o criou deve mantê-lo. Por isso é que não é chamado contribuição e não vai para a rubrica de pessoal, sendo despesa extra-orçamentária de aporte financeiro para complementação da garantia de que aquela instituição que foi criada pelo município. Aproveitou para complementar o esclarecimento feito ao vereador José Jorge, deixando claro que sem a obtenção do CRP, junto ao Ministério da Previdência, que é o objetivo buscado por meio desse projeto, os recursos do município que se encontram no INSS jamais retornaram ao município e jamais ao RPPS. Só retornarão no dia em que o município tiver o seu CRP, porque as outras anormalidades, o teste de contribuição, os descontos feitos das folhas dos funcionários e não vertidos ao regime próprio no passado, dentre outros, tudo isso fica para cumprir obrigações. No entanto, todas as outras exigências estão sendo cumpridas, menos essa, que é a regulamentação legal da nossa capacidade de enfrentamento do déficit financeiro. Por isso que o projeto está aí. Sem o CRP o município não tem acesso ao recurso da compensação previdenciária. Com a palavra para os seus questionamentos o vereador Tadeu José disse estar ouvindo o Presidente do Sindicato e ele mencionou alguns valores que o deixaram perplexo, por isso gostaria que esses valores fossem esclarecidos, informando quais seriam os valores reais. Com a palavra o Diretor do SIMPAS disse não ter informado os valores mencionados pelo Presidente do Sindicato e que a Prefeitura complementa em torno de seiscentos e cinquenta mil reais. Valor que é praticamente os 14% que estão previstos para 2013. Novamente com a palavra o vereador Tadeu José ressaltou que o valor de oitocentos mil reais mencionado como repasse da Prefeitura não existe. O Diretor do SIMPAS afirmou desconhecer quem teria informado esses valores ao Presidente do Sindicato. O vereador Tadeu José ressaltou ainda que a emenda feita pela vereadora Vânia teve apenas o intuito de preservar o servidor público, assim para que todos fiquem tranquilos o melhor seria que a emenda caísse. O Secretário disse ser importante o que foi mencionado, mas ele está explicando a situação para que todos os vereadores entendam, inclusive a autora da emenda. E também entendeu que o objetivo da nobre vereadora foi preservar o que já está preservado, garantir mais a incolumidade da folha dos servidores, para que ele não seja onerado em mais nada além do que já é. Só que, pelo que foi devidamente explicado, e parece que todos entenderam, o objeto da emenda já está garantido e que da forma como foi mencionado na emenda poderá estar comprometendo o projeto no Ministério e trará o inconveniente para todos os servidores que será a elevação dos custos com pessoal trazendo também um comprometimento grande para o município. Nesse momento o Sr. Presidente informou que estava encerrada a primeira parte da reunião. SEGUNDA PARTE – ORDEM DO DIA – HORÁRIO: 20h32. Discussão e Votação de Projetos. Com a palavra o vereador Sebastião Alvim perguntou se mais algum vereador teria questionamentos a serem feitos, caso contrário que pudessem adentrar a votação do projeto que garantirá o empréstimo do BDMG ao município, projeto de lei. E também poderia ser aproveitada a presença do Secretário de Finanças para fazer os esclarecimentos devidos quanto a esse projeto. O Sr. Presidente disse que o Plenário deveria se manifestar e se os Secretários falariam se estivessem dispostos a dar esses esclarecimentos. O Secretário de Finanças disse que estava na Casa para responder aos questionamentos feitos sobre o projeto do aporte do SIMPAS, mas se colocou à disposição para responder quaisquer questionamentos dos vereadores e dar outras informações. E se for do interesse falar do projeto do empréstimo do BDMG ele falará agora, mas se não for, em razão da ordem da pauta poderá ser agendada uma nova reunião e eles novamente virão à Casa. Com a palavra o vereador Ronaldo Braga disse que os Secretários não vieram à Câmara com esse intuito, por isso não seria elegante abordarem o tema agora. E o mais sensato seria que o Secretário venha preparado e que os vereadores também tenham os questionamentos mais bem formulados para tanto. E certamente ele não se esquivará de prestar tais informações. Com a palavra o vereador Sebas-

tão disse que se não há condições para que o projeto caminhe ele retira o seu pedido como líder do governo e que fica a sugestão para o futuro, refazer o convite aos Secretários. E agradeceu, como líder do governo pela vida deles esclarecer as dúvidas dos vereadores. Com a palavra pela ordem o vereador Tadeu José disse entender a preocupação do líder do governo, pois no momento em que o projeto for votado possivelmente as dúvidas surgirão. Assim, se o Secretário entender prudente, que sejam feitas as orientações aos vereadores para que eles possam votar com mais tranquilidade. E ele agradece, mas a decisão caberia ao Presidente e ao Plenário. O Sr. Presidente disse que decidirá para que oportunamente, após os vereadores se inteirarem melhor sobre o projeto em tramitação, ele convidará o Secretário e quem mais for necessário. Simplesmente decide assim para seguir o que determina o Regimento. Com a palavra pela ordem o vereador Ilson Guilherme agradeceu a presença do Secretário de Finanças. Com a palavra pela ordem a vereadora Marilene parabenizou ao presidente por ter acatado ao seu pedido de convidar os secretários para vir na Câmara. Quanto ao outro projeto ela sugeriu que quando da votação do mesmo, se houver dúvidas seja novamente convidado o Secretário e quem mais for preciso. Com a palavra pela ordem a vereadora Vânia agradeceu a presença dos secretários e disse que ficou clara a sua intenção com a emenda que ela fez ao projeto, que era proteger os servidores. No entanto, após os esclarecimentos feitos aqui ficou claro que ela deve ser retirada e pediu que o Sr. Presidente a retirasse. O Sr. Presidente disse entender que a missão dos Secretários foi cumprida e agradeceu que os mesmos pudessem vir até a Casa e prestar os esclarecimentos aos vereadores. E oportunamente suspendeu a reunião, às 20h45, por cinco minutos para que eles se discutassem. Reaberta a reunião às 20h52. PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO – REGIME URGÊNCIA – URGENTÍSSIMA. Proj. Lei nº. 197/13 – Autoriza o Município de Barbacena a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – S/A – BDMG, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências – Aut. Executivo – PRAZO VENCE EM 16.10.13. VISTAS CONCEDIDAS AO VEREADOR RONALDO BRAGA. Proj. Lei nº. 201/13 – Autoriza a adequação das Leis nºs 3809, de 2004 e 4446, de 2012, à Legislação federal e dá outras providências – Aut. Executivo – PRAZO VENCE EM 23.10.13. VISTAS CONCEDIDAS AO VEREADOR ILSON GUILHERME. REDAÇÃO FINAL – PROJETO DE LEI. Proj. Lei nº. 029/13 – Institui o serviço de hospital veterinário público Municipal para cães e gatos e dá outras providências – Aut. Ver. Luiz Gonzaga de Oliveira. APROVADO POR UNANIMIDADE. Proj. Lei nº. 061/13 – Institui o cadastro geral de convenientes do Município de Barbacena – CAGEB aptos, a estabelecer convênios com a administração pública municipal, para a certificação da habilitação das entidades filantrópicas e sem fins lucrativos e dá outras providências – Aut. Ver. Tadeu José Gomes. APROVADO POR UNANIMIDADE. PROJETO DE LEI. Proj. Lei nº. 067/13 – Dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular dentro de sala de aula e dá outras providências – Aut. Ver. Tadeu José Gomes. APROVADO POR UNANIMIDADE. Proj. Lei nº. 105/13 – Reconhece como de utilidade pública o Instituto Isadora Bicalho – ISAB e dá outras providências – Aut. Ver. Tadeu José Gomes. APROVADO POR UNANIMIDADE. Proj. Lei nº. 111/13 – Cria o centro de atendimento ao turista – CAT no Município de Barbacena – Aut. Vereadora Vânia Maria de Castro. APROVADO POR UNANIMIDADE. Proj. Lei nº. 121/13 – Institui a Feira de Troca de Livros e Saber – Aut. Vereadora Vânia Maria de Castro. APROVADO POR UNANIMIDADE. Proj. Lei nº. 058/13 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes e similares fornecerem, sempre que solicitada, comando impresso que permita o controle do consumo pelos clientes nos limites do Município de Barbacena. – Aut. Ver. Luiz Gonzaga de Oliveira. - Votar emenda de fls. 09 de autoria do Ver. Luiz Gonzaga de Oliveira. - Votar emenda de fls. 12 de autoria do Ver. Luiz Gonzaga de Oliveira. - Votar emenda de fls. 15 de autoria do Ver. Luiz Gonzaga de Oliveira. Com a palavra pela ordem o vereador Luiz Gonzaga solicitou que, em razão do



BARBACENA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA - e-DOB



BARBACENA, SEGUNDA-FEIRA, 02 DE DEZEMBRO DE 2013

acordo firmado, solicitou vistas do projeto. Encerrada a discussão foram concedidas vistas ao vereador Luiz Gonzaga. VISTAS CONCEDIDAS AO VEREADOR LUIZ GONZAGA. Proj. Lei nº. 181/13 – Dispõe sobre o Plano de Custeio Complementar do Sistema Municipal de Previdência e Assistência ao Servidor - SIMPAS e dá outras providências. – Aut. Executivo. *Votar emenda de fls. 08 de autoria da Vereadora Vânia Maria de Castro. Com a palavra para discutir a vereadora Vânia solicitou a retirada da emenda do projeto e perguntou aos vereadores se poderiam colocar o projeto em redação final. Solicitação devidamente atendida pelo Sr. Presidente que determinou a retirada da pauta a emenda do projeto de autoria da vereadora Vânia. Com a palavra para discutir o vereador Carlos Roberto disse que sua intenção anterior seria não votar o projeto se a emenda não fosse mantida, porém após os esclarecimentos prestados pelos Secretários ele espera que não tenha nenhuma situação futura que o desagrade. E destacou que continua entendendo que o município apenas legalizará um aporte que ele já faz, pois se aumentar a alíquota, quando aumentada, o próprio município é que pagará. Aproveitou para explicar o que disse na última reunião já que não tinha argumentos para votar contrariamente ao projeto que aprovou as contas da Prefeita. E quando ele falou que não haveria argumentos técnicos para votar contrariamente ao projeto das contas ele falou com pesar, e que nem sempre votará aquilo que gostaria, como o projeto do aporte que será votado pela Casa. E ressaltou que a sua preocupação é o grande período do aporte, ou seja, trinta e cinco anos e acredita que o aporte é apenas uma troca de posições, pois o investimento do governo continuará a ser feito. E o governo está encontrando uma solução para regularizar a situação previdenciária do município. E disse que apenas queria esclarecer isso, posto que votará favoravelmente. Encerrada a discussão o projeto foi colocado em votação e foi APROVADO POR UNANIMIDADE. Com a palavra para justificativa de voto o vereador Ronaldo Braga salientou que quando situações dessa natureza ocorrem é preciso que todos entendam. Mas a matéria é importante e nem sempre os vereadores possuem os conhecimentos necessários para que não restem dúvidas. E que a oposição não é intransigente e consegue reconhecer quando suas solicitações são atendidas e as demais preocupações que restam não cabem ser discutidas na Casa. Com a palavra o vereador Sebastião Alvim solicitou que o projeto fosse colocado em redação final. O Sr. Presidente submeteu o requerimento ao Plenário e o mesmo foi APROVADO POR UNANIMIDADE. O Sr. Presidente solicitou à secretária o projeto em redação final e havendo aquiescência da Comissão de Redação Final, colocou em discussão e votação o projeto de lei que Dispõe sobre o Plano de Custeio Complementar do Sistema Municipal de Previdência e Assistência ao Servidor - SIMPAS e dá outras providências. – Aut. Executivo. Encerrada a discussão foi o presente projeto colocado em votação em redação final tendo sido o mesmo aprovado com nove votos favoráveis e uma abstenção. PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO – PROJETO DE LEI. Proj. Lei nº. 095/13 – Dispõe sobre a instituição do Programa e Criação de Unidade Móvel para Castração cirúrgica itinerante de cães e gatos por médico-veterinário e dá outras providências. – Aut. Vereadora Vânia Maria de Castro. APROVADO POR UNANIMIDADE. Proj. Lei nº. 096/13 – Dispõe sobre a instituição do comitê municipal de promoção e estímulo ao aleitamento materno de Barbacena – CPEA. – Aut. Ver. Carlos Alberto Sá Grise. APROVADO POR UNANIMIDADE. Proj. Lei nº. 101/13 – Dispõe sobre a afixação de cartaz informativo em bares, lanchonetes e restaurantes, exibindo o símbolo do SAF Brasil e dá outras providências. – Aut. Ver. Johnson Oliveira Marçal. RETIRADO DE PAUTA PELO PRESIDENTE. Proj. Lei nº. 184/13 – Acrescenta parágrafo único ao art. 3º. Da Lei nº. 3773, de 21 de julho de 2003 e dá outras providências. – Aut. Executivo. APROVADO POR UNANIMIDADE. Proj. Lei nº. 158/13 – Institui o dia “D” Dia Municipal do Voluntário no Município de Barbacena e dá outras providências. – Aut. Ver. Marcio Zeferino Ferreira. APROVADO POR UNANIMIDADE. PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO –

PROJETO DE RESOLUÇÃO. Proj. Resolução nº. 009/13 – Dispõe sobre instituição do voto aberto na Câmara Municipal de Barbacena, terminando com o voto secreto do parlamentar, extinguindo-se os artigos 119, 120 e 121 e alterando-se a redação do art. 113, § 2º, art. 115 e art. 175, caput, todos do Regimento Interno – Aut. Ver. Johnson Oliveira Marçal. RETIRADO DE PAUTA PELO PRESIDENTE. PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO – PROJETO DE DECRETO. Proj. Dec. Leg. nº. 018/13 – Aprova o parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências – Aut. Mesa da Câmara – voto contrário da comissão especial. VISTAS CONCEDIDAS AO VEREADOR SEBASTIÃO ALVIM. Proj. Dec. Leg. nº. 014/13 – Comemora os 350 anos dos correios com sessão solene promovida pelo Poder Legislativo de Barbacena. – Aut. Ver. Carlos Roberto Batista. APROVADO POR UNANIMIDADE. Proj. Dec. Leg. nº. 020/13 – Comemora os 90 anos do Banco do Brasil com sessão solene promovida pelo Poder Legislativo de Barbacena. – Aut. Vereadora Gracia Araújo. APROVADO POR UNANIMIDADE. PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO – PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL. Proj. Emenda Constitucional nº. 004/13 – Veda a privatização de autarquia Municipal. – Aut. Executivo. APROVADO POR UNANIMIDADE. Com a palavra para justificativa de voto o vereador Ronaldo Braga disse que estava votando o presente projeto porque entende que não fará mal o excesso. E lembrou a emenda do vereador Johnson que fora aprovada em 2011 e que estabelecia a mesma condição para a privatização. E ressaltou que não é contra a privatização de nada, basta que o povo seja consultado e se manifeste por meio do plebiscito, afinal o patrimônio é do povo. Mas vedar a privatização é ainda mais garantidor. VETO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA. – VETO PARCIAL AO PROJ. LEI Nº. 032/13 – Institui no âmbito do Município de Barbacena o programa de incentivo ao uso do tijolo ecológico. – Aut. Executivo - PRAZO VENCE EM 11.10.13. RETIRADO DE PAUTA PELO PRESIDENTE. – VETO PARCIAL AO PROJ. LEI Nº. 059/13 – Institui o sistema de informação sobre violência nos estabelecimentos de ensino no Município de Barbacena. – Aut. Executivo - PRAZO VENCE EM 11.10.13. RETIRADO DE PAUTA PELO PRESIDENTE. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Proj. Dec. Leg. nº. 017/13 – Concede o Diploma de Honra ao Mérito à Daniela Arbex e dá outras providências – Aut. Ver. Luiz Gonzaga de Oliveira. Com a palavra pela ordem o vereador Sebastião Alvim solicitou ao vereador Luiz Gonzaga que fizesse os esclarecimentos a respeito da Sra. Daniela Arbex e os motivos que a fizeram merecer tal medalha. Com a palavra para discutir o vereador Luiz Gonzaga disse que a Sra. Daniela Arbex é natural de Juiz de Fora e fez um trabalho maravilhoso a respeito do que aconteceu em Barbacena e que ficou conhecido como o holocausto brasileiro, cometido em Barbacena e quando mais de sessenta mil pessoas, ao longo dos anos, morreram no Hospital Colônia. E ela escreveu um livro maravilhoso retratando fatos e com muita pesquisa e ela relata não só casos tristes, mas muitos fatos que marcaram a história de Barbacena. E o livro por ela escrito é hoje um dos mais vendidos no país. Com a palavra para justificar seu pedido o vereador Sebastião Alvim disse que pediu ao vereador Luiz Gonzaga para fazer essa explicação é justamente porque ele possui a obra da Sra. Daniela e sabe da importância desta, mas como ele era o autor do Projeto melhor que ele fizesse essa explicação. Prosseguindo com sua fala o vereador Luiz Gonzaga explicou ainda que sua mãe trabalhou muitos anos naquele hospital e por vezes ele mesmo chegou a ir e ver os horrores que lá aconteciam e que homenageando a Sra. Daniela ele também estaria homenageando a sua mãe. Com a palavra o vereador Sebastião Alvim também lembrou momentos do passado em que ele testemunhou alguns episódios no Hospital Colônia. Com a palavra para discutir o vereador Tadeu José disse que o livro da Sra. Daniela Arbex foi tema de uma reportagem na Rede Record de televisão no último domingo. Com a palavra para discutir a vereadora Marilene parabenizou o vereador Luiz Gonzaga por seu projeto e acredi-

ta que precisam de pessoas e escritores como ela para contar a história de Barbacena. Encerrada a discussão o projeto foi levado à votação e o Sr. Presidente nomeou como escrutinadores os vereadores Angela Kilson e Sá Grise. O projeto foi APROVADO COM DOZE VOTOS FAVORÁVEIS E UM VOTO CONTRÁRIO. Nesse momento o Sr. Presidente informou a todos que estará na cidade de Juiz de Fora recebendo o título de cidadão honorário na próxima quinta-feira. Com a palavra pela ordem o vereador Sebastião Alvim disse que é possível perceber que a Casa é capaz de votar projetos importantes para o município com a devida transparência. E agradeceu aos vereadores do PMDB e do PT, em especial. Nesse momento o Sr. Presidente interrompeu o pronunciamento do vereador Sebastião Alvim para avisar que estava encerrado o período de votação de projetos. TERCEIRA PARTE – ENCERRAMENTO – ORADORES INSCRITOS – HORÁRIO: 21H36. Prosseguindo o vereador Sebastião Alvim disse que os Secretários poderiam ser chamados a qualquer momento que fossem necessários esclarecimentos técnicos sobre os projetos debatidos e votados na Câmara. Mas não sabe se a mesa poderia usar algum preceito regimental para solicitar que os Secretários apareçam junto com a Casa e os vereadores os projetos técnicos, permitindo que a pauta trabalhe com clareza e folga. Dando seguimento ele esclareceu que ao sugerir que a presença do Secretário de Finanças fosse aproveitada para esclarecer as dúvidas a respeito do projeto de empréstimo foi por ter entendido, nas reuniões anteriores, que a vinda dele aqui também contemplava o projeto do BDMG. Apenas teria entendido que iriam aproveitar a sua vinda e agilizar a pauta fariam os esclarecimentos quanto a esse projeto e qual seria a capacidade de endividamento do município. Com a palavra pela ordem o vereador Luiz Gonzaga pediu a atenção dos demais vereadores afinal, na próxima semana, eles irão votar o projeto que autoriza o prefeito a pedir um empréstimo de cinco milhões para o BDMG. Assim, ele gostaria de apresentar o contrato feito pela prefeitura no valor de cinco milhões e novecentos mil reais, para que uma empresa preste o serviço de implantação de sistema para atualização da planta de valores do IPTU. afirmou que se o Executivo contratasse uma Fundação talvez o contrato não seria desse valor. E entrará com um requerimento solicitando cópia desse contrato para que os vereadores possam discutir essa questão. E pediu o apoio dos demais vereadores para que o contrato venha para a Casa. Prosseguindo com a palavra como líder o vereador Luiz Gonzaga concedeu um aparte ao vereador Carlos Roberto que disse que também iria discutir essa contratação, pois ao mesmo tempo em que se pede empréstimos pega quase seis milhões de reais e entrega para uma empresa prestar tal serviço. afirmou que sequer precisaria dessa contratação, pois existem programas dos governos federal e estadual que fazem todo esse trabalho e o município teria apenas que contratar dois ou três técnicos para fazer a revisão do processo de atualização da planta de valores de IPTU. E citou algumas fundações que também poderiam fazer o serviço por valores bem menores. Prosseguindo concedeu um aparte ao vereador Sebastião Alvim que disse, como líder de governo que ele irá solicitar à Secretaria de Finanças que envie uma cópia desse contrato para que possa ser analisado pelos vereadores. Encerrando o vereador Luiz Gonzaga agradeceu ao líder de governo pelo apoio ao seu requerimento. Nesse momento foi realizada a chamada e estavam presentes os vereadores Angela Kilson, Amálio Andrade, Carlos Alberto Sá Grise, Carlos Roberto, Gracia Araújo, Ilson Guilherme, Luiz Gonzaga, Márcio Zeferino, Marilene Franco, Ronaldo Braga, Sebastião Alvim, Tadeu José, Vânia de Castro. Não havendo mais oradores inscritos o Sr. Presidente lembrou a todos da reunião extraordinária de amanhã e encerrou a presente sessão às 21h57 e eu, Danielle de Paula Almeida Duarte, Redatora de Atas, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário. Presidente: Vereador Amálio Augusto de Andrade. Secretário: Vereador Tadeu José Gomes.